

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**CAIO GUIMARÃES DE FREITAS**

**FINANÇAS PESSOAIS:** Um estudo acerca dos universitários de São Luís - MA

São Luís  
2014

**CAIO GUIMARÃES DE FREITAS**

**FINANÇAS PESSOAIS:** Um estudo acerca dos universitários de São Luís - MA

Monografia apresentada ao curso de Administração da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, para obtenção do grau de bacharel em Administração.

Orientadora: Prof. Msc. Amanda Ferreira Aboud de Andrade.

São Luís  
2014

Freitas, Caio Guimarães de

Finanças pessoais: um estudo acerca dos universitários de São Luís-MA/  
Caio Guimarães de Freitas. – São Luís, 2014.

XX f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Msc. Amanda Ferreira Aboud de Andrade.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de administração, 2014.

1. Finanças pessoais 2. Educação financeira 3. Controles financeiros 4. Universitários I. Título

CDU 658.1:378

**CAIO GUIMARÃES DE FREITAS**

**FINANÇAS PESSOAIS:** Um estudo acerca dos universitários de São Luís - MA

Monografia apresentada ao curso de Administração da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, para obtenção do grau de bacharel em Administração.

Aprovação em: / /

---

PROF<sup>a</sup>. Msc. AMANDA FERREIRA ABOUD DE ANDRADE (ORIENTADORA)

---

1º EXAMINADOR

---

2º EXAMINADOR

Dedico este Trabalho a meus Pais e  
Irmão, que me ensinaram a aprender.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a toda minha família, em especial, meus Pais Raimundo e Aparecida e ao meu irmão Leandro, dos quais recebi apoio incondicional, portanto, foram mais que fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Agradeço à minha namorada Camila Veras, que foi uma grande companheira na execução deste trabalho, me ajudando e dando força nos momentos que mais precisei.

Agradeço aos meus companheiros de curso, que me acompanharam no caminho para essa conquista e fizeram parte da construção do profissional que sou hoje.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte de minha formação, em especial, a Professora Amanda Aboud, que orientou e me apoiou neste trabalho.

Agradeço também a todos os outros amigos que, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa conquista.

*“Dificuldades preparam as pessoas comuns  
para destinos extraordinários.”*

Clive Staples Lewis.

## RESUMO

A gestão de Finanças Pessoais se coloca como atividade crucial para o alcance de bem-estar financeiro. Para aqueles que ainda estão adentrando no mercado de trabalho, recebendo seus primeiros salários, como os universitários, tal atividade é ainda mais fundamental. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a realizar uma pesquisa acerca das práticas de gestão financeira pessoal nos Universitários de São Luís – MA. O trabalho buscou conhecer práticas de controles financeiros e endividamento, utilizadas pelo público pesquisado, além de medir os conhecimentos destes universitários sobre investimentos pessoais. Foram buscados na literatura de outros autores, conceitos e princípios de Finanças, além de uma análise específica sobre o campo das Finanças Pessoais que deram embasamento necessário para a pesquisa realizada. A pesquisa foi feita através de levantamento diretamente com o público pesquisado (Universitários de São Luís – MA). Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada como ferramenta de coleta de dados o questionário, sendo aplicados, no total, 400 questionários em três instituições de ensino diferentes, não sendo feita nenhuma restrição quanto à faixa etária, área do conhecimento ou faixa de renda. Através de tais questionários foi possível extrair as informações necessárias para o alcance dos objetivos estabelecidos. O estudo percebeu uma carência de conhecimentos acerca de finanças pessoais no público pesquisado, visto que houve baixo nível de conhecimento acerca dos investimentos e pouca preocupação com planejamento a longo prazo (planejamento acerca da aposentadoria, por exemplo). Além disso, notou-se o uso, em grande parte do público, de ferramentas de controle financeiro pessoal de baixa eficiência ou mesmo a ausência de controles financeiros. Dessa forma, constata-se a necessidade da educação financeira para o público jovem, de forma que, a ausência desses conhecimentos forma consumidores despreparados.

Palavras-chave: Finanças Pessoais. Educação Financeira. Controles Financeiros. Universitários.



## ABSTRACT

The personal finances management appears as a crucial activity to reach financial welfare. For those who are still entering in labor market, receiving their firsts wages, like the college students, this activity is even more fundamental. Accordingly, the present paper proposes to make a research about the practices of personal finances management with the college students of São Luís – MA. The paper sought to know the practices of personal finances controls and practices of personal debts used by the researched public, furthermore, measure the knowledge about personal investments. Was sought in bibliography of others writers principles and concepts of finances, furthermore a specific analysis about personal finances that made the groundwork of the research. The research was made by a survey directly with the researched public (College Students of São Luís – MA). To collect the information, were used questionnaires, been applied 400 in total. There wasn't any restriction with the researched public such as age group, knowledge area or salary range. With the questionnaires was possible to extract all the necessaries informations to reach the established objectives. The research noticed a shortage of financial education, since there was a really low knowledge about investments and also a low concern with long term planning (for example, a retirement planning). Furthermore, the research noted the use, in a big part of the students, of low efficiency personal finances controls, or even the absence of finances controls. Thereby, is possible to notice a shortage of financial education on the young public, so that, this absence of knowledge creates unprepared consumers.

Keywords: Personal Finances. Financial Education. Financial Controls. College Students.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico 01:</b> Nível de endividamento dos brasileiros .....	32
<b>Gráfico 02:</b> Sexo.....	40
<b>Gráfico 03:</b> Área do Conhecimento .....	40
<b>Gráfico 04:</b> Instituições de Ensino .....	41
<b>Gráfico 05:</b> Faixa Etária.....	42
<b>Gráfico 06:</b> Com quem reside.....	42
<b>Gráfico 07:</b> Renda própria .....	43
<b>Gráfico 08:</b> Auto Avaliação: Nível de Educação Financeira .....	44
<b>Gráfico 09:</b> Auto Avaliação: Nível de Educação Financeira – Apenas Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas .....	44
<b>Gráfico 10:</b> Controle sobre gastos financeiros.....	45
<b>Gráfico 11:</b> Controle sobre gastos financeiros - Apenas Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas .....	46
<b>Gráfico 12:</b> Ferramentas utilizadas para o controle financeiro .....	47
<b>Gráfico 13:</b> Compras a prazo .....	47
<b>Gráfico 14:</b> Uso de Cheque-Especial .....	48
<b>Gráfico 15:</b> Uso do Cartão de Crédito .....	49
<b>Gráfico 16:</b> Uso de Empréstimos Bancários Pessoais .....	50
<b>Gráfico 17:</b> Percentual da renda comprometida com obrigações.....	51
<b>Gráfico 18:</b> Planejamento acerca da aposentadoria.....	51
<b>Gráfico 19:</b> Realização de investimentos financeiros .....	52
<b>Gráfico 20:</b> Realização de investimentos financeiros - Apenas Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas.....	53

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>FINANÇAS.....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>FINANÇAS PESSOAIS.....</b>	<b>16</b>
<b>3.1</b>	<b>Investimentos.....</b>	<b>19</b>
3.1.1	Classificação de Investimentos.....	22
3.1.2	<i>Principais Investimentos no Brasil .....</i>	<i>23</i>
3.1.2.1	<i>Caderneta de Poupança.....</i>	<i>23</i>
3.1.2.2	<i>Títulos Públicos.....</i>	<i>24</i>
3.1.2.3	<i>Certificado de Depósito Bancários.....</i>	<i>25</i>
3.1.2.4	<i>Letra de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito do Agronegócio e Letras Hipotecárias.....</i>	<i>26</i>
3.1.2.5	<i>Fundos de Investimentos.....</i>	<i>27</i>
3.1.2.6	<i>Debêntures.....</i>	<i>28</i>
3.1.2.7	<i>Previdência Privada.....</i>	<i>29</i>
3.1.2.8	<i>Mercado Acionário.....</i>	<i>30</i>
<b>3.2</b>	<b>Endividamento.....</b>	<b>31</b>
<b>3.3</b>	<b>Controles Financeiros.....</b>	<b>34</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>37</b>
<b>4.1</b>	<b>Classificação da Pesquisa.....</b>	<b>37</b>
<b>4.2</b>	<b>Coleta de Dados.....</b>	<b>38</b>
<b>4.3</b>	<b>Universo e Amostra.....</b>	<b>39</b>
<b>4.4</b>	<b>Limitações da Pesquisa.....</b>	<b>39</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>40</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>55</b>
	REFERÊNCIAS.....	57
	APÊNDICE.....	60

## 1 INTRODUÇÃO

A entrada na Universidade, para muitos estudantes, coincide com a entrada no mercado de trabalho e, por consequência, com a expansão no poder de consumo. Tais estudantes passam a receber salários, além de serem oferecidas para estes diversas ferramentas que potencializam o poder de compra, como, por exemplo, os cartões de crédito. Dessa forma, nota-se que tal momento é fundamental na formação destas pessoas como consumidoras.

É, portanto, nessa fase que estes novos consumidores constroem hábitos e comportamentos que guiarão suas finanças pessoais. Como consequência, estes mesmos estudantes precisam estar bem informados, de modo que, sem os conhecimentos necessários, poderão ser vítimas das armadilhas de consumo. Tais conhecimentos são os que compõem a chamada Educação Financeira.

A Educação Financeira é um elemento fundamental para o desenvolvimento de boas práticas em finanças pessoais, e para a criação de melhores hábitos de consumo. Portanto, para os universitários que adentram no mercado consumidor, se trata de uma ferramenta indispensável para o início de uma trajetória no controle de suas próprias finanças.

Com base nisso, o presente trabalho buscou fazer uma pesquisa com os universitários de São Luís – MA, acerca de suas práticas de finanças pessoais. Tal pesquisa visa à coleta de informações direta com os estudantes de universidades através da aplicação de questionários. Com a análise dos dados espera-se conhecer os hábitos financeiros dos universitários e compreender o comportamento consumidor do público pesquisado. Dessa forma, a pesquisa dispõe-se a responder o seguinte questionamento: Qual o conhecimento dos estudantes universitários de São Luís – MA acerca de Investimentos Pessoais e qual são as suas práticas de Controles Financeiros e Endividamento?

O trabalho tem como objetivo geral conhecer as práticas de controles financeiros e endividamentos pessoais dos universitários de São Luís – MA além de medir os conhecimentos destes acerca de investimentos pessoais. Possui como objetivos específicos: apresentar conceitos básicos de finanças pessoais, saber que ferramentas de controles financeiros são utilizadas por estes universitários, conhecer as práticas de endividamento usadas pelos universitários de São Luís - MA e mensurar o conhecimento dos estudantes sobre investimentos pessoais.

O Trabalho está estruturado em 06 Capítulos incluindo a presente Introdução. O segundo e o terceiro capítulos têm como objetivo buscar na literatura de diferentes autores os alicerces e conceitos fundamentais que serão trabalhados durante todo o transcorrer da pesquisa. São abordadas definições de Finanças e a sua importância como campo de estudo, buscando esclarecer seus objetivos. Além disso, são trazidos fundamentos e conceitos acerca de Finanças Pessoais.

O Quarto Capítulo apresenta a metodologia utilizada na pesquisa executada. Neste tópico é classificado o tipo da pesquisa tomando como base conceitos trazidos por diferentes autores. O Quinto Capítulo traz os resultados da pesquisa de campo, e a devida análise dos dados obtidos. Já o sexto e último capítulo trata das conclusões obtidas no trabalho além das considerações finais.

## 2 FINANÇAS

As organizações, buscando a melhoria e excelência no desempenho de suas atividades, dividem-se e especializam-se em diferentes áreas de atuação. Segundo Chiavenato (2003, p. 208) “À medida que uma organização cresce, ela tende a se diferenciar e a especializar cada vez mais as unidades que compõe sua estrutura organizacional”. Dessa forma, aprofundaram-se os conhecimentos nos diferentes segmentos de estudos que fazem parte da administração, e dentre eles, o estudo das Finanças.

O setor das Finanças se mostra como um pilar fundamental para o bom desempenho das organizações. O uso de ferramentas e conceitos para o controle e análises financeiras das empresas é de grande importância para a sobrevivência das mesmas. Entretanto se faz necessário voltar ao conceito fundamental de Finanças. Sobre isso Gitman (2010, p.3) afirma:

O termo Finanças pode ser definido como “a arte e ciência de administrar o dinheiro”. [...] Finanças diz respeito ao processo, as instituições, aos mercados e aos instrumentos envolvidos na transferência de dinheiro entre pessoas, empresas e órgãos governamentais.

Outro conceito é trazido por Groppelli e Nikbakht (2010, p. 3), onde eles comentam: “Finanças são a aplicação de uma série de princípios econômicos e financeiros para maximizar a riqueza ou o valor total de um negócio”.

Como arte e ciência de administrar dinheiro e aplicação de princípios para maximizar riqueza de um negócio, é necessário perceber a relevância desse campo para a organização como um todo, de forma que a interação com as diversas áreas será fundamental.

Dessa forma, a importância do conhecimento acerca de finanças, não pode ser restrita ao responsável por esse setor, “todos os gestores de uma empresa, independente dos cargos que ocupem, interagem com o pessoal financeiro” (GITMAN, 2010, p.7). Dessa forma o estudo das finanças se mostra relevante por estar incluso na atuação de quase todos os campos profissionais e até mesmo na vida pessoal dos cidadãos.

No entanto é necessário também um retorno ao objetivo da Administração Financeira, sobre isso Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2005, p.4) afirmam: “O objetivo da administração financeira é maximizar a riqueza dos acionistas”. Neste

conceito deve-se fazer uma observação sobre o termo “acionistas”, de forma que esse conceito deve ser explicado, sobre isto Padoveze ( 2011, p. 39) afirma:

A maioria dos livros de finanças tem origem nos Estados Unidos, onde as sociedades anônimas de capital aberto são extremamente representativas, razão pela qual o foco das finanças tem sido os acionistas. A realidade brasileira é diferente [...] a maior parte das empresas brasileiras com fins lucrativos constitui-se societariamente como limitada. Nesse caso, a figura é o sócio, dono das cotas [...] De qualquer forma, a palavra acionistas deve representar, além destes, os sócios e donos das empresas individuais. Em outras palavras, o objetivo maior de finanças é criar valor para seus proprietários, sejam eles quais forem.

Dessa forma, o bom desempenho da administração financeira deve focar no retorno de investimento para o acionista ou sócio. Ainda sobre o objetivo da Administração Financeira Ross, Westerfield e Jordan (2000, p. 44) o definem como: “Maximizar o valor de mercado do capital dos proprietários existentes”. Fala-se também em “criação de valor para os proprietários” (PADOVEZE, 2011 p.39).

A aplicação prática dos conhecimentos de Finanças nas organizações mostra a importância desse campo de estudo dentro da Administração. Outro grande objetivo do estudo das Finanças é o fornecimento de informações, que contribuam na administração das organizações. Para isso, se faz uso das análises financeiras. Acerca do conceito de análises financeiras Silva (2012 p. 6) afirma:

[...] podemos dizer que a análise financeira de uma empresa consiste num exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa, bem como condições endógenas e exógenas que afetam financeiramente a empresa.

Portanto, destaca-se nesse tipo de análise o papel de provedor de informações às organizações de forma que “a análise financeira organiza as informações contábeis e agrega outras informações relevantes para auxiliar seus usuários na avaliação, tomada de decisões e na orientação de suas ações [...]” (SILVA, 2012 p. 27).

O campo de estudo das finanças se relaciona intimamente com outras áreas do conhecimento. Como exemplo disso, existe a forte relação com a contabilidade, de forma que o processo decisório tomado pelo profissional de finanças muitas vezes tem como base as demonstrações contábeis. “Na verdade muitas vezes é difícil distinguir administração financeira da contabilidade” (GITMAN, 2010, p.9). Outra forte conexão é com a economia, já que os Administradores Financeiros precisarão de conhecimentos de Microeconomia, Macroeconomia e um conhecimento mínimo do sistema financeiro. A relação entre finanças e economia também é tratada por Gitman (2010, p.9):

O campo de finanças está intimamente associado ao da teoria econômica. Os administradores financeiros precisam entender o arcabouço da economia e estar alertas para as consequências de níveis variáveis de atividade econômica e de mudanças de política econômica.

Nas organizações a Administração Financeira fica a cargo dos Administradores financeiros que devem realizar as atividades de gestão financeira como um todo. As funções ligadas ao setor de Administração Financeira são a Tesouraria que é responsável pelo controle e manutenção de caixa, recebimentos e pagamentos diários, liberação de crédito para clientes e aquisições de recursos a curto prazo, junto a bancos (LEMES JÚNIOR, RIGO e CHEROBIM, 2005, p. 6). Já a Controladoria que lida com contabilidade de custos e financeira, fiscal e sistema de informações gerenciais (ROSS, WESTERFIELD e JORDAN, 2000, p.38). Sobre o papel do Administrador Financeiro Gitman (2010, p. 4) comenta:

Os Administradores financeiros são responsáveis pela gestão dos negócios financeiros de organizações de todos os tipos - financeiras ou não, abertas ou fechadas, grandes ou pequenas, com ou sem fins lucrativos. Eles realizam diversas tarefas financeiras tais como, planejamento, concessão de crédito à clientes, avaliação de propostas que envolvam grandes desembolsos e captação de fundos para financiar as operações da empresa [...] O Administrador financeiro de hoje está mais ativamente envolvido com o desenvolvimento e a implementação de estratégias empresariais que tem por objetivo o “crescimento da empresa” e a melhoria de sua posição competitiva.

Gitman (2010, p. 7) ainda completa:

[...] as principais atividades dos administradores financeiros são tomar decisões de investimento e de financiamento. As decisões de Investimento determinam a combinação e os tipos de ativos que a empresa detém. As de Financiamento determinam a combinação e os tipos de financiamento por ela usados.

Outros autores falam de três tipos de decisões, sendo adicionada a Decisão de dividendos. Sobre tais funções Padoveze (2011, p.125) comenta:

Praticamente todos os autores de finanças são unânimes em definir as funções fundamentais do administrador financeiro. São elas: decisões de investimento, decisão de financiamento e decisão de dividendos.

As decisões de Investimento são as decisões relacionadas à aplicação de capital visando um retorno no futuro, ou seja, “as decisões de investimento determinam a combinação e os tipos de ativos que a empresa detém” (GITMAN, 2010 p. 11). Dentro desse tipo enquadram-se decisões de compra de máquinas, aumento de mão-de-obra, compra de ações etc.

Já as decisões de Financiamento são as aquelas que envolvem as fontes de recursos, ou seja, de onde virá o capital para a viabilidade de projetos. Acerca de Decisões de Financiamento Lemes Júnior, Rigo e Cherobim ( 2005, p.8) afirmam:



As decisões de financiamento envolvem a escolha da estrutura de capital, a determinação do custo de capital e a captação de recursos. Remetem, portanto, à definição das fontes de financiamentos a serem utilizadas nas atividades da empresa e nos projetos de investimento.

As decisões de Dividendos são aquelas relativas à distribuição dos lucros nas organizações. São de grande importância para as empresas, pois afetam o capital remanescente nas empresas para o próximo exercício. Sobre este tipo de decisão Padoveze (2011, p.189) descreve:

[...] Decisão de Dividendos caracteriza-se pelo percentual do lucro obtido distribuído em dinheiro aos acionistas. Os dividendos, é claro, reduzem a importância dos lucros retidos e, por conseguinte, afetam a política de financiamento.

Portanto, o papel do administrador financeiro dentro das organizações é amplo e suas decisões trazem repercussões em todas as áreas da empresa.

### 3 FINANÇAS PESSOAIS

Com a evolução dos conhecimentos no campo de estudo das finanças e seu aprofundamento, passou-se a notar a sua aplicabilidade em termos pessoais, de forma que, alguns conceitos voltados à administração financeira das organizações eram adequáveis também a gestão financeira pessoal. Como falado por Gitman (2010, p.2): “Muitos dos princípios de finanças são aplicáveis à vida pessoal”.

Dessa forma o campo de finanças fluiu para fora das organizações e passou também a fazer parte da vida dos cidadãos em sua gestão financeira pessoal. Tal campo de estudo é denominado Finanças Pessoais. Sobre o conceito de Finanças pessoais Cherobim e Espejo (2011, p.1) comentam:

Finanças Pessoais é a ciência que estuda a aplicação dos conceitos financeiros nas decisões financeiras de uma pessoa ou família [...] Finanças Pessoais é um tema necessário, sério e ocupa espaço da nossa vida.

Este campo se mostra com grande importância por relacionar-se intimamente com a vida cotidiana e com aplicações práticas de conceitos financeiros. Acerca da importância das finanças à vida pessoal Ross, Westerfield e Jordan (2000, p. 38) comentam:

Talvez a razão mais importante para conhecer finanças é a de que você terá que tomar decisões financeiras que serão muito importantes em termos pessoais [...] Queira ou não, você terá que examinar e entender assuntos financeiros, e precisará tomar decisões financeiras.

Dessa forma, assim como ao campo que a originou, Finanças Pessoais possui gigantesca importância na vida dos indivíduos além de também contar com a necessidade de Planejamento, nesse caso denominado Planejamento Financeiro Pessoal. Torralvo, Sousa e Rocha (2012, p. 30) comentam sobre o conceito de Planejamento Financeiro Pessoal:

[...] o planejamento financeiro pessoal é uma forma racional de organização das finanças pessoais para que os clientes atinjam os mais diversos objetivos.

Ainda sobre o conceito de planejamento financeiro, o Instituto Brasileiro de Profissionais Financeiros (IBCPF, 2007) afirma:

O planejamento financeiro é o processo de formulação de estratégias para auxiliar os clientes a gerenciarem seus assuntos financeiros para atingirem seus objetivos de vida.

A importância desse planejamento está em estabelecer e alcançar objetivos e metas estipuladas, ou seja, “tem um objetivo muito maior do que apenas

não ficar no vermelho” (CERBASI, 2013a, p.39). Segundo Torralvo, Sousa e Rocha (2012, p.49), “o planejamento financeiro familiar buscará proteger o patrimônio da família”. Gitman (2010, p. 95) também destaca a importância do planejamento financeiro na vida pessoal:

Você deve estabelecer metas financeiras de curto e longo prazos (destinos) e desenvolver planos financeiros pessoais (mapas) que mostrem caminhos para chegar aos objetivos. Os fluxos de caixa e os planos financeiros são tão importantes para os indivíduos quanto para as empresas.

O Banco Central do Brasil (2013, p. 35) também comenta acerca das vantagens da execução do planejamento financeiro:

O planejamento financeiro possibilita consumir mais e melhor. Consumir “mais” por meio da potencialização do dinheiro e melhor via eliminação de desperdícios [...] famílias que planejam adequadamente o consumo conseguem obter uma série de vantagens.

Entretanto, muitas vezes, o planejamento financeiro pessoal é deixado de lado pelas pessoas e famílias. Tal problema está intimamente relacionado com a carência de educação financeira no Brasil e a falta de disciplina financeira dos brasileiros. Segundo Chebim e Espejo (2011, p. 99) “A disciplina é fator decisivo para o sucesso do planejamento financeiro”.

No que diz respeito ao conceito de educação financeira, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2005 apud ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira) define:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consciente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

O grande problema é o pouco contato que as crianças e jovens tem com conceitos financeiros em seu processo educacional. Existe a necessidade de ensinar às crianças conhecimentos financeiros em seu processo formal de ensino. Sobre esta questão Kiyosaki e Lechter (2000, p. 22) escrevem:

O dinheiro não é ensinado nas escolas. As escolas se concentram nas habilidades acadêmicas e profissionais, mas não nas habilidades financeiras.

Kiyosaki e Lechter (2000, p. 13) ainda comentam:

Muitos dos jovens de hoje têm cartão de crédito antes de concluir o segundo grau e, todavia, nunca tiveram aulas sobre dinheiro e a maneira de

investi-lo, para não falar da compreensão do impacto dos juros compostos sobre os cartões de crédito. Simplesmente são analfabetos financeiros e, sem o conhecimento de como o dinheiro funciona, eles não estão preparados para enfrentar um mundo que os espera, um mundo que dá mais ênfase à despesa do que a poupança.

Tal situação forma consumidores despreparados. Como exemplo disso surgem dados como o crescimento do endividamento familiar (INFOMONEY, 2014a) e informações como a existência de 52 milhões de consumidores Inadimplentes no Brasil (SPC BRASIL, 2014). Ou seja, esta carência educacional molda o comportamento consumidor do brasileiro. Acerca deste comportamento Cherobim e Espejo (2011, p. 99) comentam:

[...] Contudo, há o “problema cultural” do brasileiro em relação ao comportamento financeiro. Normalmente as pessoas possuem visão materialista em termos de consumo.

Uma população com maior educação financeira é uma população com consumidores mais conscientes. Dessa forma toda a economia ganha. O Banco Central do Brasil em seu Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais (2013 p.7) argumenta sobre esta relação:

Educação financeira é o meio de prover esses conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vidas das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, um instrumento de para promover o desenvolvimento econômico. Afinal, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia, no agregado, toda a economia, por estar intimamente ligada a problemas como níveis de endividamentos e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimentos dos países. Consumidores bem educados financeiramente demandam serviços e produtos adequados às suas necessidades, incentivando a competição e desempenhando papel relevante no monitoramento do mercado, uma vez que exigem maior transparência das instituições financeiras, contribuindo dessa maneira, para a solidez e para a eficiência do sistema financeiro.

Os alicerces para a boa prática das Finanças Pessoais estão na educação financeira. Isso ocorre, pois este campo lida com atividades que demandarão noções financeiras mínimas. Entre as atividades a serem desempenhadas na prática de finanças pessoais, Cherobim e Espejo (2011, p.1) escrevem:

[...] Estudos de opções de financiamento, orçamento doméstico, cálculos de investimentos, gerenciamento de conta corrente, planos de aposentadoria, acompanhamento de patrimônio e acompanhamento de gastos são todos exemplos de tarefas associadas a finanças pessoais.

Dessa forma, sem uma educação financeira básica, praticar, debater e lidar com conceitos de finanças pessoais se torna extremamente complicado.

Consequentemente dados como os já citados (endividamento e inadimplência) são reflexos comuns.

### 3.1 Investimentos

Na gestão de Finanças Pessoais, quando existe um saldo remanescente entre a subtração das receitas pelas despesas surge um conceito: a poupança. Dessa forma quando ocorre sobra daquilo que foi ganho ocorre a poupança. O Banco Central do Brasil (2013, p.43) define poupança como “a diferença entre as receitas e as despesas, ou seja, entre tudo que ganhamos e tudo que gastamos”. Já Halfed (2010, p. 21) conceitua: “Poupar é adiar o consumo presente, visando a um consumo maior no futuro”.

O hábito de poupar traz consigo inúmeros benefícios para a gestão de finanças pessoais. A criação de uma reserva financeira para contingências, o acúmulo de capital para iniciar um plano de investimentos, e até mesmo o planejamento de uma grande compra como um carro (na busca de um desconto através de pagamento à vista) são alguns desses benefícios. Halfed (2010, p. 21) fala que “Poupar é importante para qualquer indivíduo ou nação que queira se livrar da pobreza”. Em seu Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais (2013, p.43) o Banco Central do Brasil também fala dos benefícios da criação do hábito de poupar:

Ao poupar você acumula valores financeiros no presente para serem utilizados no futuro, os valores poupados no presente e investidos durante um, dois ou mais anos poderão fazer uma diferença significativa na qualidade de vida do poupador futuro. Assim, são vários os motivos para poupar: precaver-se diante de situações inesperadas, preparar para aposentar-se, realizar sonhos, etc.

Andando lado a lado com o conceito de poupar está outro conceito: o investimento. O “Investimento é a aplicação dos recursos que poupamos, com a expectativa de obtermos remuneração por essa aplicação” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013, p. 43). Percebe-se que os conceitos são próximos, pois, ambos envolvem acúmulo de capital, entretanto, possuem funções diferentes. Por falta de conhecimentos financeiros muitos brasileiros não sabem a diferença entre poupar e investir (INFOMONEY, 2014b). Cerbasi (2013b, p.68) comenta que “poupar com a ilusão de que se está investindo é um equívoco clássico”. Investimento envolve

juntar dinheiro para que este gere rendimentos e aí sim, usar os lucros mais para frente (INFOMONEY, 2014b).

Nota-se que poupar muitas vezes serve como a base para o investimento, entretanto não é o todo. Cherobim e Espejo (2011, p. 93) comentam sobre esta relação: “Não basta apenas guardar dinheiro, é preciso guardar dinheiro em produtos financeiros que proporcionem segurança e rentabilidade”.

O investimento faz parte, de todo bom planejamento de finanças pessoais. Através dos investimentos, os objetivos (aposentadoria, independência financeira, etc.) podem ser alcançados de forma mais rápida e eficiente. Segundo Cerbasi (2013a, p. 129): “Investir é o caminho da garantia ou da melhora no futuro daquilo que se construiu até hoje”.

Entretanto para se buscar um investimento é necessário conhecimento prévio sobre o funcionamento dos investimentos para então avaliar a melhor opção para o caso específico. Novamente se faz necessária a educação financeira, pois as opções de investimento trazem em si conceitos básicos presentes na educação financeira. Segundo o Banco Central do Brasil (2013, p. 43) na análise e escolha de investimentos devem-se analisar três componentes:

Para fazer um investimento que atenda suas necessidades, é importante que você conheça as três características dos investimentos: liquidez, risco (oposto de segurança) e rentabilidade.

A liquidez diz respeito à capacidade/facilidade de transformar determinado investimento em dinheiro. Halfed (2010, p. 87) fala de liquidez: “O conceito de liquidez é uma referencia ao prazo e ao custo com que um investimento se transforma em dinheiro vivo”. A Liquidez é importante em casos em que o investidor necessita imediatamente de dinheiro. A facilidade com que um imóvel se transforme em dinheiro vivo (venda do imóvel), não é a mesma de uma conta poupança (saque do dinheiro da conta poupança).

Outro ponto a ser analisado na decisão de investimento é o risco. Halfed (2010, p. 84) define risco de investimento como “a parcela inesperada do retorno de um investimento”. Já Torralvo, Sousa e Rocha (2012, p.69) definem o gerenciamento de riscos financeiros como “o processo de tomada de decisões sobre as incertezas decorrentes dos mercados financeiros”, os autores comentam também (2012, p.72) que “Todos os investimentos envolvem algum grau de risco”.

Analisa-se o risco sob a ótica de sua relação com o retorno. De forma que estes são diretamente proporcionais. Acerca dessa relação Torralvo, Sousa e Rocha (2012, p.72) comentam:

Esse risco está intimamente associado ao seu grau de retorno esperado; investimentos com baixo risco estão associados a baixo retorno e vice-versa.

Os riscos podem ser classificados em três tipos: Risco de mercado, Risco de Crédito e Risco de Liquidez. Os Riscos de Mercado são aqueles relacionados diretamente com o movimento dos preços no mercado financeiro (TORRALVO, SOUSA E ROCHA ,2012). Dessa forma o risco está no fato de o mercado reduzir o valor de um ativo e talvez o investidor tenha que vender por um valor inferior ao pago na compra.

O segundo risco é o Risco de Crédito, que está ligado à capacidade de pagamento da outra parte, ou seja, “é aquele derivado da capacidade da contraparte em honrar uma obrigação financeira” (TORRALVO, SOUSA E ROCHA ,2012, p.68) Já Halfed (2010, p.86) define o Risco de Crédito como:

[...] o risco que você corre ao emprestar seu dinheiro a uma pessoa ou a algumas empresas. Talvez elas não honrem o compromisso de lhe pagar de volta.

Como exemplo disso, no caso de um investidor comprar um título de um banco ou um título público, o risco esta na capacidade de receber o seu capital investido, acrescido dos juros acordados. Nesses casos avalia-se a credibilidade do Banco e do País em questão em cumprir suas obrigações financeiras. Vale lembrar que instituições mais sólidas ofereceram ganhos menores, pois apresentam menor risco e vice-versa.

O terceiro tipo de risco é o chamado Risco de Liquidez. Este faz referência ao conceito acima citado de liquidez, onde a dificuldade de transformar um ativo em dinheiro vivo é o risco. Dessa forma um investidor pode ter que ceder grandes descontos no valor do ativo para que consiga obter o dinheiro de forma imediata (HALFED, 2010).

Nota-se que o investidor necessita estar munido de informações para a realização de investimentos, e deve, portanto ponderar os diversos riscos envolvidos em tais investimentos. Dessa forma deve-se realizar a chamada Análise de riscos. Torralvo, Sousa e Rocha (2012, p.70) definem análise de riscos como:

A análise de riscos compreende o entendimento dos riscos, gerando informações que servirão para sua avaliação e para as decisões sobre seu

tratamento. Nessa fase são identificadas as causas e fontes de riscos, consequências positivas e negativas, incluindo o impacto causado pela materialização do risco e também a probabilidade de ocorrência dos eventos de risco. A Interação entre os riscos deve ser levada em conta, ou seja, como um evento pode ter mais de uma consequência e afetar múltiplos objetivos.

A análise dos riscos deve estar bem alinhada também com os objetivos do investimento e com as diferentes etapas profissionais e pessoais na vida do investidor. “Diferentes fases da vida propiciam níveis distintos de propensão ao risco e diversos horizontes de necessidade de recursos” (CERBASI, 2013a, p.143).

A rentabilidade é o outro fator a ser analisado na realização de investimentos. “A rentabilidade é o retorno, a remuneração do investimento” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013, p. 44). Ou seja, a rentabilidade é o pagamento pelo investimento feito. Dentre os fatores que influenciam a rentabilidade estão o prazo mínimo de aplicação (se houver) e o risco.

### 3.1.1 Classificação de Investimentos

Existem inúmeras opções de investimentos no mercado brasileiro. Tais investimentos podem ser classificados em duas grandes categorias: os investimentos de Renda Fixa e os de Renda Variável.

Os investimentos de Renda fixa são caracterizados por possuírem a rentabilidade preestabelecida. Ou seja, a forma remuneração sobre o capital aplicado é definida no começo da aplicação. “A principal característica de um produto de investimento de renda fixa é a rentabilidade preestabelecida entre as partes” (CHEROBIM E ESPEJO, 2011, p.94).

Entretanto existem duas grandes diferentes formas de remuneração dos investimentos de renda fixa, “essa rentabilidade pode ser combinada em taxas de juros prefixadas; ou em taxas de juros pós-fixadas, uma taxa e mais um indexador” (CHEROBIM e ESPEJO, 2011, p.94). Dessa forma ocorre uma subdivisão dos investimentos em renda fixa entre: os prefixados e os pós-fixados.

Os prefixados são aqueles nos quais já se sabe antecipadamente qual a remuneração sobre o capital aplicado, ou seja, “qual taxa irá receber pelo prazo que deixar seu dinheiro ‘aplicado’” (CERBASI, 2013b, p. 126). Já os pós-fixados são os investimentos nos quais “normalmente, a remuneração que lhe é proposta está



vinculada ao desempenho de algum índice que pode variar ao longo do tempo.” (CERBASI, 2013b, p. 127).

Em paralelo com os investimentos de renda fixa estão os investimentos de renda variável. “São ditas de renda variável, pois não garantem rentabilidade” (CHEROBIM E ESPEJO, 2011, p.94). Esses investimentos são associados a maiores riscos e, por consequência, a maiores retornos. Cerbasi (2013b, p. 155) difere os investimentos de renda fixa e variável e conceitua estes últimos:

Diferentemente do que acontece nos investimento de renda fixa, em que o lucro é pactuado entre tomadores e aplicadores durante um prazo conhecido, nos investimentos de renda variável o lucro é determinado pela diferença entre o preço de venda, mais os benefícios (dividendos no caso das ações, ou alugueis, no caso dos imóveis), e o preço de compra. O nome renda variável vem justamente da incerteza em relação aos ganhos futuros, decorrentes da incerteza – ou risco – em relação ao futuro deste investimento.

As diferentes classificações de investimentos são voltadas para diferentes perfis de investidores e para diferentes objetivos, devendo, portanto, o investidor adequar tais nuances as características de dos investimentos às suas necessidades.

### 3.1.2 Principais Investimentos no Brasil

Como citado, existe no Brasil uma grande oferta de diferentes produtos financeiros de investimento. Alguns mais sofisticados, com investimentos mínimos pré-determinados e de pouca familiaridade para grande parte da população; e outros mais conhecidos, e mais acessíveis, permitindo aplicações de baixo valor. Abaixo são descritos alguns deles.

#### 3.1.2.1 *Caderneta de Poupança*

É uma forma de investimento simples e popular, pois além de ser de fácil acesso, permite aplicações de qualquer valor. Não deve ser confundida com a poupança, a “poupança é uma sobra financeira [...] a caderneta de poupança ou conta poupança é um tipo de investimento” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013, p. 43).

A caderneta de poupança “nasceu para levantar fundos para o financiamento imobiliário” (CERBASI, 2013b, p. 128). O funcionamento deste investimento é de responsabilidade do Banco Central do Brasil que determina as

normas de regulamentação das cadernetas em todos os bancos, fazendo-as funcionar da mesma forma.

Entre as características da caderneta de poupança está o baixo risco, sendo este um dos maiores atrativos desse investimento, em contrapartida, este investimento tem uma rentabilidade baixíssima, chegando algumas vezes a não superar a inflação. Outras características são a alta liquidez (liquidez imediata), a isenção de Imposto de renda e a ausência de taxas bancárias.

### *3.1.2.2 Títulos Públicos*

Os títulos públicos, também chamados de títulos de dívida pública, são títulos de renda fixa que funcionam como empréstimos feitos para um determinado governo em questão, sendo que, obviamente, o investidor será remunerado pelo capital aplicado (empréstimo). Cerbasi (2013b, p.130) comenta dos títulos públicos:

Os chamados títulos da dívida pública são emitidos pelos governos federais, estaduais e municipais com finalidade de captar recursos e financiar as diversas atividades do orçamento público.

No Brasil os investidores tem acesso aos títulos públicos através do Tesouro Direto, que “é um programa de venda de títulos públicos, a pessoas físicas, desenvolvido pelo Tesouro Nacional, em parceria com a BM&F Bovespa” (TESOURO NACIONAL, 2014a).

O Tesouro Direto oferece diferentes opções de investimentos que variam entre prefixados e pós-fixados, sendo que, existem opções de pós-fixados indexados a diversos índices.

Quando se analisa o fator risco os “Títulos públicos são considerados os ativos de menor risco da economia de um país” (TESOURO NACIONAL, 2014b) e, portanto o risco de crédito é considerado baixo. No que diz respeito à liquidez o Tesouro Direto fornece a opção de compra e venda de títulos de forma semanal, ou seja, para se converter determinado título público em dinheiro, a facilidade já não é tão grande quanto a poupança, mas está garantida a possibilidade semanalmente. Já quanto à rentabilidade, o Tesouro direto, segundo Zaremba (2007), possui uma boa competitividade se comparado com outras alternativas de investimento em renda-fixa por conta de suas baixas taxas de administração.

### 3.1.2.3 Certificado de Depósito Bancário

Sendo os títulos públicos empréstimos feitos a um determinado governo, os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs são empréstimos realizados às instituições financeiras (bancos, por exemplo) por seus clientes (CERBASI, 2013b) e, da mesma forma que os títulos públicos, o capital aplicado por um investidor no CDB é remunerado.

Os CDBs servem como uma forma das instituições financeiras colherem recursos e realizar empréstimos a outros clientes, e é de suma importância para a sua sobrevivência. Sobre isto Cerbasi (2013b, p.137) comenta:

É através de um CDB que fica claro que a sobrevivência de um banco depende da credibilidade que ele desfruta perante seus clientes. Sem captação de recursos, os bancos não teriam dinheiro para emprestar nas operações de empréstimos e financiamento. Quanto maior a credibilidade de um banco, mais os clientes depositam recursos na instituição, mais ela consegue emprestar e, com isso, mais ela lucra e se fortalece.

Os Certificados de Depósitos Bancários também possuem diferentes formas de remuneração podendo ser prefixados ou pós-fixados, sendo que entre os pós-fixados, são comuns aqueles indexados aos índices que medem a inflação.

O risco de crédito de um CDB está diretamente ligado à credibilidade da instituição emissora, ou seja, bancos mais sólidos oferecem menos risco para o investidor e vice-versa. Entretanto, conseqüentemente, instituições financeiras mais sólidas oferecem remunerações menores. Sobre esta relação Cerbasi (2013b, p.138) afirma:

Bancos que gozam de grande credibilidade desfrutam de enxurradas de recursos de seus clientes aplicadores e, por isso, oferecem taxas menos atrativas em seus CDBs. Bancos de menor porte, chamados de segunda linha, têm um número reduzido de clientes e, por isso, precisam se esforçar para captar recursos, oferecendo juros normalmente mais elevados em seus CDBs.

Quanto à liquidez, os Certificados de Depósitos Bancários são variáveis, tudo dependerá muito do tipo de CDB escolhido e da negociação com a instituição financeira emissora do título.

### *3.1.2.4 Letra de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito do Agronegócio e Letras Hipotecárias.*

As Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) e as Letras Hipotecárias (LHs), são outras opções no Brasil de investimentos em renda fixa, e possuem funcionamento parecido com o Certificado de Depósito Bancário – CDB. As LCIs, LCAs e LHs são empréstimos feitos ao banco, sobre o qual o investidor será remunerado, entretanto tais empréstimos possuem fins específicos para o banco, sendo esse exatamente o fator diferenciador entre os três investimentos.

Analisando o ponto de vista do investidor, existe pouca diferença entre os três investimentos. Entretanto, como falado, o destino que o banco dará para o empréstimo recebido é o fator que separa as três modalidades. Os investimentos feitos em letras hipotecárias servirão para os bancos realizarem hipotecas para outros clientes. Cerbasi (2013b, p. 143) comenta sobre isso:

A hipoteca imobiliária acontece quando um cliente que precisa de dinheiro emprestado oferece seu imóvel como garantia. Uma LH, portanto, serve para o banco captar recursos para emprestar a outros clientes que possam oferecer um imóvel como garantia, ou seja, que possam hipotecar um imóvel.

Já as LCIs e LCAs tem como base a alienação fiduciária. Cerbasi (2013b) comenta que a alienação fiduciária ocorre quando o banco disponibiliza recursos para a aquisição de um imóvel ou para incentivar a produção. No caso das LCIs o banco poderia, por exemplo, financiar um empreendimento imobiliário e o no caso das LCAs possibilitaria empréstimos para a produção agrícola.

Esses três investimentos, possuem algumas isenções tributárias que os torna muitas vezes mais atrativos que um CDB. Tais isenções ocorrem pelo fato dos destinos finais dos investimentos serem iniciativas que incentivam a expansão da atividade agrícola, construção de moradias e empreendimentos, dessa forma, sendo vantajoso para o governo (CERBASI, 2013b).

Os riscos associados a estes investimentos são, assim como nos CDBs, intimamente associados à capacidade de pagamento da instituição que emitiu o título. Dessa forma bancos maiores farão remunerações menores, entretanto com maior segurança, e vice-versa. Percebe-se também que em comparação com os CDBs estes investimentos, muitas vezes são mais vantajosos devido a isenção de

impostos, entretanto tudo isso dependerá da negociação do investidor com o banco emissor.

### *3.1.2.5 Fundos de Investimentos*

Os Fundos de Investimentos funcionam como uma aplicação conjunta de recursos de vários investidores – denominados cotistas - em um determinado grupo de ativos. Existe uma inúmera variedade de Fundos de Investimentos disponíveis no mercado, que se diferenciam especialmente pelos ativos comprados. Torralvo, Sousa e Rocha (2012, p. 53) definem os fundos de investimentos como “agrupamentos de recursos destinados à aplicação em ativos financeiros e constituídos sob a forma de condomínio”. Já a Comissão de Valores Mobiliários (2009, p. 5) define:

Fundo de investimento é uma comunhão de recursos, constituído sob forma de condomínio, destinado à aplicação em ativos financeiros autorizado pela legislação específica.

Diferentemente das outras formas de investimento já citadas, os fundos de investimentos são administrados por gestores profissionais, ligados a uma instituição autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Tais gestores decidem os ativos específicos e a quantidade dos mesmos obedecendo a uma política de investimentos determinada.

Quando se fala em fundos de investimentos, muitos autores trabalham com uma metáfora, na qual o fundo de investimento funciona como um prédio ou condomínio, e os cotistas são os moradores. Assim os gestores e administradores seriam a administração do prédio.

A regulamentação do fundo tem base em dois documentos: o regulamento do fundo e o prospecto. O regulamento possui informações mais formais sobre o funcionamento e administração do fundo, já o prospecto é o documento que esclarece a forma de atuação do fundo focado nas políticas de investimento e nos riscos envolvidos. Torralvo, Sousa e Rocha (2012, p. 56) conceituam o prospecto:

O prospecto é um documento escrito em uma linguagem adaptada ao público-alvo do fundo, de forma a tornar seu conteúdo o mais acessível possível para o investidor. O principal objetivo do prospecto é relacionar todas as informações relevantes a respeito da política de investimento do fundo, das suas condições operacionais e dos riscos envolvidos.

Os fundos de investimentos são categorizados pelos diferentes ativos escolhidos para as carteiras, ou seja, “com base em sua política de investimento, os fundos são organizados em categorias” (TORRALVO, SOUSA E ROCHA, 2012, p. 57). A Comissão de Valores Mobiliários (2009, p. 7) divide os fundos de investimentos entre: Fundos de Curto Prazo, Fundos Referenciados, Fundos de Renda fixa, Fundos de Ações, Fundos Cambiais, Fundos de Dívida Externa e Fundos Multimercado.

- a) Fundos de Curto Prazo: são fundos que contém em seus ativos, títulos com prazo máximo a decorrer de 375 dias.
- b) Fundos Referenciados: são aqueles cujos ganhos estão lastreados em algum indicador de desempenho.
- c) Fundos de Renda Fixa: são aqueles que possuem em seus ativos a predominância de títulos de renda-fixa.
- d) Fundos de Ações: São fundos que investem em papéis de empresas, são fundos de alto risco.
- e) Fundos Cambiais: São fundos cuja rentabilidade acompanha a variação do mercado cambial.
- f) Fundos de Dívida Externa: São aqueles possuem em seus ativos os títulos de dívida externa, considerado de alto risco.
- g) Fundos Multimercado: São os fundos que buscam a rentabilidade através de ativos de diversos mercados.

#### 3.1.2.6 *Debêntures*

Assim como governos e bancos podem emitir um título visando à captação de recursos, as empresas também podem, sendo que tais títulos são denominados de debêntures. Segundo Zaremba (2007), as debêntures são títulos de captação de recursos emitidos por empresas não financeiras. Dessa forma as empresas farão a remuneração, através de juros, pelo empréstimo feito pelo investidor.

Para a captação bem sucedida de investimentos as empresas devem gozar de uma boa reputação com o público. Essa relação se deve por conta de que quanto maior a credibilidade da empresa, mais investidores ela atrairá. Fica claro

então que o risco de crédito associado a este investimento está diretamente ligado à capacidade de pagamento da empresa emissora.

No que diz respeito à remuneração este investimento caracteriza-se por ser uma modalidade de renda fixa, podendo ser prefixado ou pós-fixado. Outro ponto importante acerca das debêntures é que em alguns casos as debêntures podem ser convertidas em ações da empresa emissora do título (debêntures conversíveis) ou até mesmo em ações de outras empresas (debêntures permutáveis).

### *3.1.2.7 Previdência Privada*

A previdência privada funciona como um plano de aposentadoria particular, ou seja, difere-se da aposentadoria oficial (pública). Segundo Cherobim e Espejo (2011), a previdência privada é uma aposentadoria complementar para a renda futura. Os planos de previdência privada são oferecidos por instituições financeiras como bancos e seguradoras, e são geridos por eles.

Segundo Halfed (2010) a previdência privada está se tornando uma alternativa cada vez mais atrativa, visto que a previdência pública não é mais confiável. Dessa forma, assim como o plano de saúde se tornou um item essencial para famílias de classe média, a previdência privada também poderá se tornar.

A previdência privada no Brasil se divide em duas grandes modalidades: Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). A principal diferença acerca destas modalidades se encontra na forma de tributação do Imposto de Renda, sendo que o PGBL oferece opção de abater ou restituir na declaração de imposto de renda do ano seguinte a aplicação no investimento (benefício limitado até 12% da renda anual tributável), entretanto o Imposto de renda a pagar no recolhimento será sobre o total resgatado. Já o VGBL não oferece a opção de abatimento ou restituição de Imposto de renda, entretanto o Imposto de renda no recolhimento será apenas sobre o lucro obtido na previdência e não sobre o total resgatado.

Assim como os fundos de investimento, o capital aplicado na previdência privada será gerido e, portanto, busca-se lucro. Muitas vezes a previdência privada oferece ganhos menores que alguns fundos de investimentos, entretanto, segundo Cerbasi (2013b) para aqueles que não são investidores ativos e conhecedores do

mercado, os planos de previdência privada são uma solução eficaz para garantir tranquilidade no futuro.

### 3.1.2.8 Mercado Acionário

As Ações de empresas, segundo Halfed (2010, p. 44), “são títulos, negociáveis que representam a parcela mínima do capital social de uma empresa”. Ou seja, são partes do capital social de uma empresa. A BM&F Bovespa (2014, p. 2) completa o conceito de Ação da seguinte forma:

Ações são títulos nominativos negociáveis que representam para quem as possui uma fração do capital social de uma empresa. Ação é um pedacinho de uma empresa.

No que diz respeito à classificação dos tipos das ações estas podem ser Ordinárias ou Preferenciais. As ações ordinárias concedem o direito, aos seus possuidores, de votar em assembleias deliberativas das companhias. Já as ações preferenciais não concedem tal direito, entretanto oferecem aos seus possuidores a preferência na distribuição dos resultados e reembolsos de capitais em caso de liquidação das companhias (BM&F BOVESPA, 2014).

O Mercado de Ações é de fundamental importância para um país por inúmeros motivos dentre eles: atração de capital externo para o país, aumento da competitividade das empresas, estímulo à criação de poupança para investidores. Ocorre também que Mercado Acionário de um país normalmente reflete muito sobre este país em si, de forma que um país com fraco mercado acionário provavelmente apresentará problemas.

As ações são negociadas principalmente através das chamadas Bolsas de Valores, que “são locais que oferecem condições e sistemas necessários para a realização de compra e venda de títulos e valores mobiliários de forma transparente” (BM&F Bovespa, p.3).

Os investimentos em ações no Brasil ainda não são bem vistos, isso ocorre devido a este investimento ser de renda variável e apresentar maiores riscos que os investimentos mais tradicionais para os brasileiros. Sobre isso Halfed (2010, p. 69) afirma:

Muitos brasileiros ainda pensam que a bolsa é um cassino. “Acreditam que poucos são capazes de ganhar com ações, e que, se eles se atreverem a entrar, sairão como perdedores”.



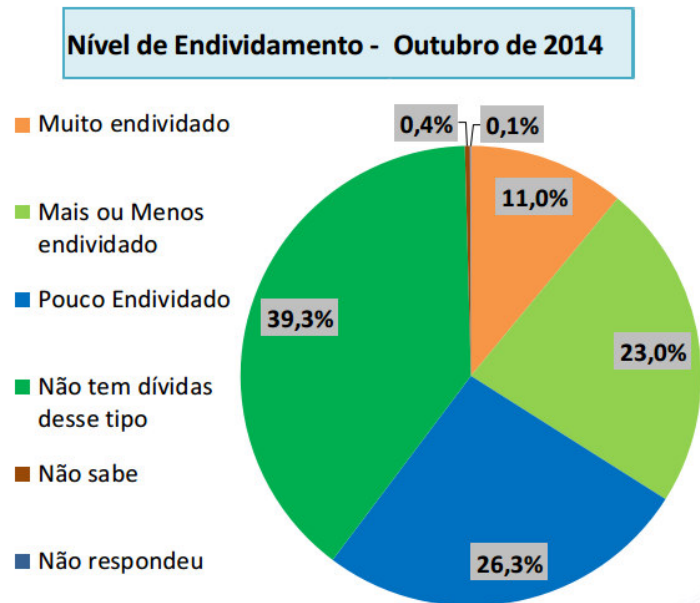
Portanto, mais uma vez, a falta de conhecimento acerca de Finanças Pessoais limita o ganho dos brasileiros. Dessa forma, através da educação financeira, será possível a atração de mais pessoas para o mercado acionário.

### **3.2 Endividamento**

Assim como as empresas, as pessoas físicas muitas vezes precisam fazer decisões de financiamento e é nesse ponto que entra em questão o Endividamento. As dívidas estão relacionadas com o capital tomado emprestado de terceiros (Bancos, Financeiras, etc.) e como este fator influencia a estrutura de capital. Dessa forma o endividamento pessoal se refere à tomada deste capital, e a aplicação deste em nossa vida pessoal.

O tema Endividamento muitas vezes é ligado apenas às pessoas que não conseguem saldar suas contas, ou que apresentam situações críticas em sua gestão financeira pessoal o que não é verdade. As dívidas fazem parte do cotidiano na gestão de Finanças Pessoais, de forma que, a grande maioria das pessoas que lidam com suas finanças, têm dívidas de alguma forma.

Ratificando isso, segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2014), no Brasil, em Outubro de 2014, 60,2% dos brasileiros tinham dívidas em alguma modalidade de crédito. Abaixo segue o gráfico com o detalhamento:

**Gráfico 01:** Nível de endividamento dos brasileiros.

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de bens, serviços e turismo - CNC.

Entretanto, apesar da maioria dos entrevistados, estar endividada apenas 17,8% destes declarou que tem contas em atraso e apenas 5,4% declararam que não terão condições de pagar esses empréstimos. Ou seja, ter dívidas não necessariamente é ter grande inadimplência. Sobre isso o Banco Central do Brasil (2013, p.30) comenta:

Normalmente consideramos que estamos endividados apenas quando não estamos dando conta de pagar os nossos compromissos. Isso não é verdade. [...] Na verdade toda vez que consumimos algo e não pagamos naquele exato momento, estamos assumindo uma dívida.

Outro conceito diretamente ligado ao Endividamento é o chamado custo de capital que, nada mais é que o “preço do dinheiro”. Quando se busca um financiamento, por exemplo, procura-se aquele que oferece as menores taxas de juros a pagar, ou seja, aquele em que o custo do capital tomado é o menor.

Fica bem clara a relação entre endividamento e empréstimos (em suas diversas modalidades), dessa forma, um maior conhecimento acerca dos empréstimos melhoraria a qualidade dos endividamentos no consumo, diminuindo por consequência, a inadimplência.

No Brasil, os consumidores dispõem de uma variedade de opções de financiamentos com diferentes taxas de juros (custo de capital). Entre as principais modalidades de crédito (empréstimos) para pessoas físicas no Brasil temos: Cartão

de Crédito, Cheque Especial, Crédito ou Empréstimo Pessoal, Crédito Consignado, Financiamento de Automóveis e Financiamento Imobiliário.

- a) Cartão de Crédito: A modalidade mais famosa de crédito, na qual o banco cede um empréstimo para que as compras sejam pagas futuramente. Possui taxas de juros altíssimas.
- b) Cheque Especial: Se trata do saldo (limite) oferecido pelo banco já anexado à conta corrente dos usuários.
- c) Crédito ou Empréstimo Pessoal: É o crédito oferecido ao cliente do banco. Entretanto, diferentemente das modalidades acima citadas, deve ser solicitado formalmente junto à instituição, possivelmente através de negociação com o gerente.
- d) Crédito Consignado: É o crédito no qual as parcelas de pagamento são deduzidas diretamente da folha de pagamento do tomador. Ou seja, o pagamento mensal do empréstimo já vem descontado do salário. Por ser um pagamento mais seguro para quem faz o empréstimo, esta modalidade possui taxas de juros menores.
- e) Financiamento de Automóveis: É o financiamento oferecido pelas instituições financeiras para compra de automóveis. Seus juros são baixos, pois, enquanto o automóvel não é quitado, este é legalmente de propriedade da financiadora (CERBASI, 2013a).
- f) Financiamento Imobiliário: É uma modalidade semelhante ao financiamento de automóveis, entretanto, nesse caso o bem que servirá como garantia é o Imóvel comprado.

Segundo a Associação Nacional dos Executivos em Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC, 2014), em setembro de 2014, as duas taxas de juros mais altas no mercado brasileiro, para pessoa física, foram: o Cartão de Crédito e o Cheque Especial respectivamente. Tais modalidades são justamente as que os bancos oferecem com maior facilidade. Isto ocorre para que, tentado pelo consumo, o cliente opte pelo “caminho mais fácil”.

Entretanto a pesquisa da CNC também afirma que o Cartão de Crédito é a maior fonte de dívidas dos brasileiros. Ou seja, o consumidor brasileiro está optando pela opção de endividamento com as maiores taxas de juros do mercado. Cerbasi (2013a) associa esse comportamento a dois fatores: a comodidade – que

como citado, é uma técnica da instituição financeira – e a “sensação de intimidade” violada ao ligar para o gerente e dizer que “faltarão dinheiro na conta”.

No caso acima, as outras alternativas de financiamento poderiam ter um custo de capital bem menor para o cliente. A escolha da alternativa mais cara deve-se também a um terceiro fator: a carência de Educação Financeira.

Percebe-se novamente a importância do papel do ensino de finanças. Consumidores com melhor alicerces em conhecimentos financeiros estarão mais preparados para a redução do endividamento e para que quando houver endividamento, este ocorra de maneira consciente. Conhecer as opções de Financiamento e seus custos é um caminho para se qualificar o consumo, e reduzir a inadimplência.

### **3.3 Controles Financeiros**

A boa execução de um Planejamento Financeiro Pessoal tem como base as informações. Dados como investimentos, orçamentos, receitas e despesas são, portanto, os alicerces de tal execução. Dessa forma, são necessárias ferramentas de controles financeiros, pois, somente através delas, serão obtidas informações valiosas para o gerenciamento adequado das finanças pessoais.

A grande importância dos controles financeiros está justamente em fornecer informações para quem planeja as finanças. Segundo o Banco Central do Brasil (2013) qualquer que seja o porte do planejamento financeiro é necessário haver um controle efetivo das receitas e despesas.

A principal ferramenta no controle financeiro pessoal é o orçamento pessoal. Segundo Torralvo, Sousa e Rocha (2012) o Orçamento Pessoal é uma ferramenta que balanceia receitas e despesas pessoais. Ou seja, é a ferramenta que faz o cruzamento entre as entradas e saídas. O Banco Central do Brasil comenta sobre a importância do Orçamento Pessoal:

[...] o orçamento é uma importante ferramenta para você conhecer, administrar e equilibrar suas receitas e despesas e, com isso, poder planejar e alcançar seus sonhos.

Entretanto, a carência de conhecimentos financeiros, muitas vezes faz com que os controles orçamentários sejam esquecidos. Isso ocorre especialmente no público mais jovem. Segundo o Serasa Experian (2014), os jovens brasileiros

entre 16 e 24 anos são os consumidores que menos possuem controles sobre sua vida financeira. A pesquisa afirma também que quanto maior a idade, mais as pessoas afirmam ter controles sobre os seus gastos financeiros.

Tais hábitos de consumo estão intimamente ligados à educação financeira. Ratificando isso, segundo a pesquisa do Indicador de Educação Financeira (IndEF) promovida pelo Serasa Consumidor (2014), a educação financeira apresenta a tendência de aumento dos 16 até os 64 anos, conforme a tabela abaixo:

**Tabela 01:** Indicador de Educação Financeira – Por idade.

	<b>IndEF 2014</b>
<b>16 a 17 anos</b>	5,5
<b>18 a 24 anos</b>	5,8
<b>25 a 34 anos</b>	5,9
<b>35 a 44 anos</b>	6,0
<b>45 a 54 anos</b>	6,1
<b>55 a 64 anos</b>	6,2
<b>Acima de 65 anos</b>	6,1

Fonte: Pesquisa de indicador IndEF – Serasa Consumidor (2014)

Cruzando as duas pesquisas, fica claro que o aumento dos controles financeiros na vida pessoal tem relação com a educação financeira do indivíduo. Também é possível auferir que a menor pontuação obtida pelo público mais novo se deve ao menor contato que este possui com o mundo financeiro (SERASA CONSUMIDOR, 2014).

Apesar de ser extremamente recomendado o uso de ferramentas de controles financeiros, muitos brasileiros não possuem tal hábito. Segundo pesquisa realizada pela Ilumeo em parceria com a Ricam Consultoria (2014), 36% dos brasileiros registram em seus controles financeiros apenas as maiores compras e gastos, já outros 32% não registram nenhum de seus gastos.

Costumes como os citados acima impossibilitam a execução de um planejamento, dificultam a construção de poupança e facilitam a perda de controle sobre o endividamento. É através da busca por conhecimentos financeiros que os

cidadãos se prepararão para serem consumidores mais conscientes, potencializando assim, o seu poder de compra.

## 4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente tópico visa esclarecer como se deu o funcionamento da pesquisa realizada, explicando as ferramentas e modos de coleta de dados utilizados, e evidenciando a trajetória no levantamento dos mesmos. Além disso, busca, também, conforme conceitos trazidos por diferentes, classificar de diferentes formas possíveis à pesquisa executada no trabalho.

### 4.1 Classificação da Pesquisa

Segundo Gil (2010) e Vergara (2011) as pesquisas podem ser classificadas de diferentes formas e sob diferentes óticas. As principais classificações são aquelas que avaliam os objetivos (ou fins) da pesquisa e as que avaliam os procedimentos técnicos (ou meios) utilizados.

No que diz respeito ao objetivo, o presente trabalho, busca a descrição e o conhecimento acerca dos hábitos financeiros pessoais dos universitários de São Luís – MA. Dessa forma, a pesquisa é definida quanto aos fins, como uma Pesquisa Descritiva. Sobre a pesquisa descritiva Gil (2010, p.27) caracteriza:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis. [...] uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e a observação sistemática.

A pesquisa ocorreu através da extração de informação direta com os universitários de São Luís – MA (público cujo comportamento é buscado a compreensão) dessa forma, a pesquisa, quanto aos meios utilizados, é definida como um Levantamento. Gil (2010, p.35) também define os Levantamentos:

As pesquisas desse tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Entretanto a pesquisa também é classificada (quanto aos meios) como pesquisa bibliográfica, visto que foram buscados, na literatura de outros autores, os fundamentos teóricos para sua realização. Segundo Gil (2010) a pesquisa bibliográfica fornece base teórica para qualquer outro tipo de pesquisa. Vergara (2011, p.43), define pesquisa bibliográfica:

Pesquisa Bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica pode exercer uma função complementar a outros tipos de pesquisa. No caso do presente trabalho, a pesquisa bibliográfica fornece conceitos e alicerces utilizados durante todo o transcorrer do trabalho.

A pesquisa é ainda classificada como Quantitativa, e utilizará da coleta de dados com uma amostra representativa da população visando à descrição do público pesquisado.

## **4.2 Coleta de dados**

A pesquisa utilizou, como ferramenta, a aplicação direta de questionários com os universitários de São Luís – MA. Vergara (2011, p. 52) comenta que “o questionário caracteriza-se por uma série de questões apresentadas ao respondente, por escrito, de forma impressa ou digital”.

A aplicação ocorreu entre os dias 21 de Outubro e 02 de Novembro de 2014 nas seguintes instituições: Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e Universidade CEUMA (Unidade Renascença). Na UFMA e na UEMA a aplicação se deu dentro das instituições, já no caso da Universidade CEUMA a aplicação ocorreu nas cercanias da mesma. Tal aplicação aconteceu presencialmente, de forma que, não houve nenhuma aplicação virtual.

Os questionários foram aplicados com estudantes de diferentes áreas de conhecimento nas três instituições. Não houve nenhuma restrição quanto à faixa etária, sexo ou faixa de renda. O Questionário (Apêndice A) foi composto por 18 questões com a predominância de perguntas fechadas e semiabertas, contando apenas com uma pergunta aberta.

A análise dos dados se deu pelo uso da estatística descritiva. Através de tal análise busca-se retratar e descrever o público pesquisado, além de, compendiar informações coletadas juntamente à amostra.



### **4.3 Universo e Amostra**

Segundo o IBGE Cidades (2010), existem em São Luís – MA 405.646 pessoas que possuem o ensino médio completo (incluindo aqueles que possuem superior incompleto e também os que já possuem superior completo). Considerando que ter o ensino médio completo é um dos pré-requisitos para cursar o terceiro grau, enquadra-se aí o universo a ser pesquisado.

Usando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5% obtém-se uma amostra de 384 alunos universitários a serem pesquisados. Na presente pesquisa, visando o aumento da precisão, a amostra utilizada foi de 400 estudantes, sendo assim, representativa.

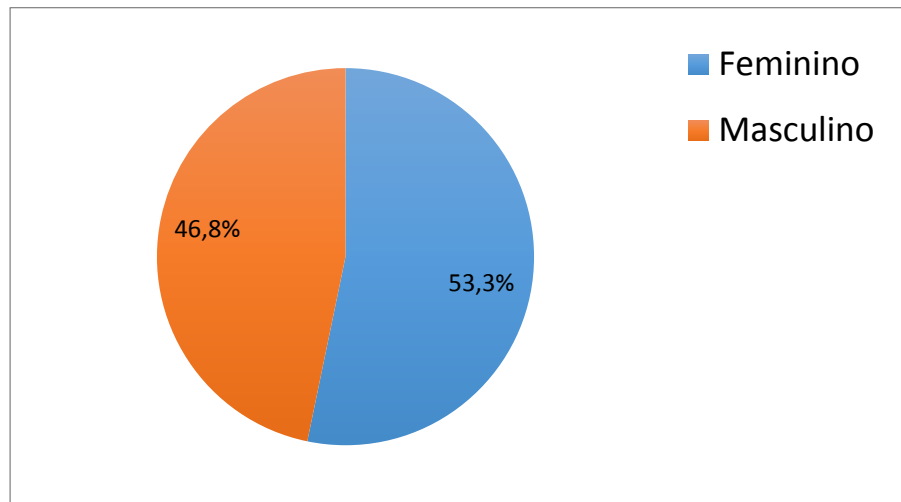
### **4.4 Limitações da pesquisa**

Não foram encontrados dados exatos sobre o número de universitários de São Luís – MA. Entretanto a amostra pesquisada se baseou em dados ainda mais abrangentes (números de pessoas com ensino médio completo), sendo assim representativa. Optou-se por isso com o intuito de aumentar a segurança da pesquisa e na confiabilidade dos dados obtidos.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

A pesquisa foi aplicada com universitários de diversas áreas do conhecimento, idades, em três instituições de ensino diferentes e de ambos os sexos. Dessa forma é importante, primeiramente, caracterizar o perfil do aluno pesquisado. No que diz respeito ao sexo, foi obtido o resultado graficamente expresso no Gráfico 02:

**Gráfico 02:** Sexo

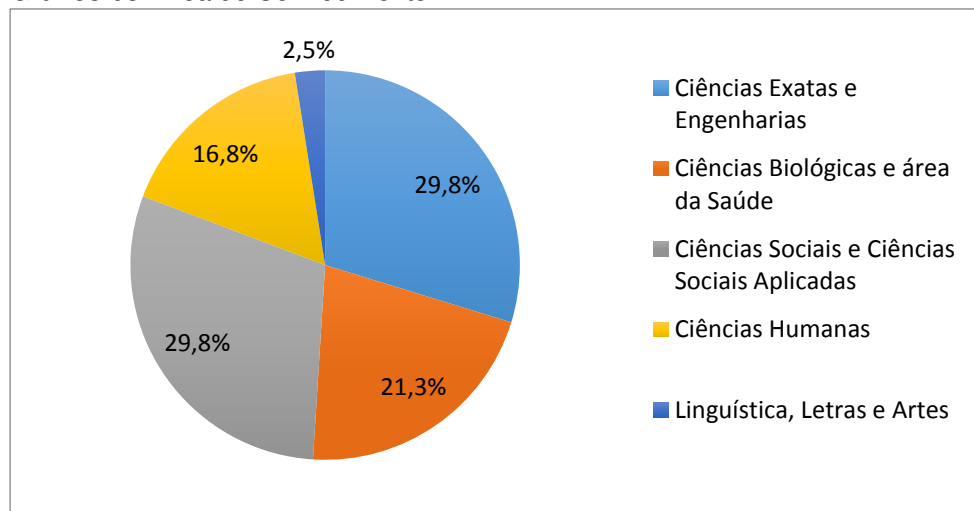


Fonte: Elaborado pelo autor

Dessa forma houve uma pequena diferença entre o número de mulheres e homens pesquisados, pendendo para uma maioria feminina.

Em seguida analisa-se a área do conhecimento referente ao curso feito pelo universitário. As informações obtidas estão expostas no Gráfico 03 (abaixo).

**Gráfico 03:** Área do Conhecimento

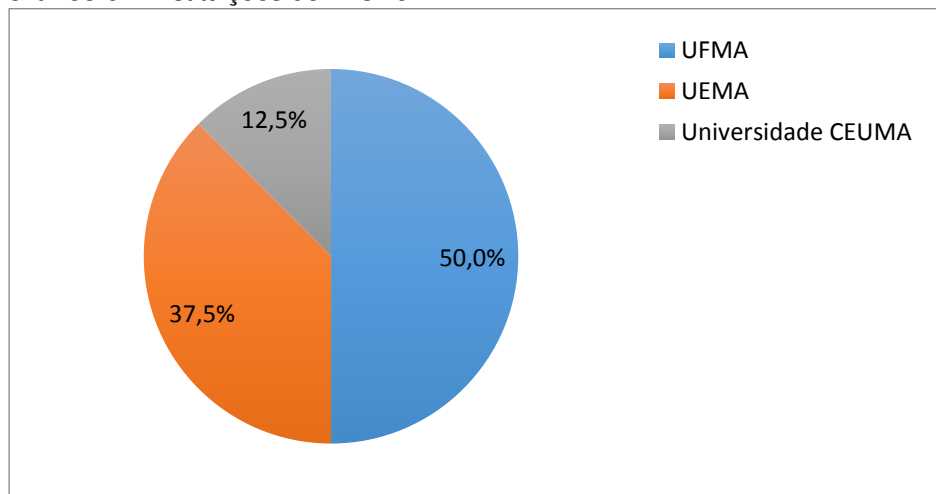


Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se que houve a mesma porcentagem de estudantes de Ciências Exatas e Engenharias e de Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas (29,8%). Outros 21,3% dos estudantes foram do campo de Ciências Biológicas e área da saúde e mais 16,8% foram estudantes de Ciências Humanas. Por fim, apenas 2,5% dos entrevistados eram da área de Linguística, Letras e Artes. Destaca-se que, inserido no campo de Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, estão os cursos de Administração, Contabilidade e Economia, que são cursos diretamente relacionados com conhecimentos financeiros.

No que diz respeito às instituições de ensino pesquisadas, o gráfico 04 (abaixo) expõe como se deu a distribuição da aplicação nos três pontos pesquisados.

**Gráfico 04:** Instituições de Ensino



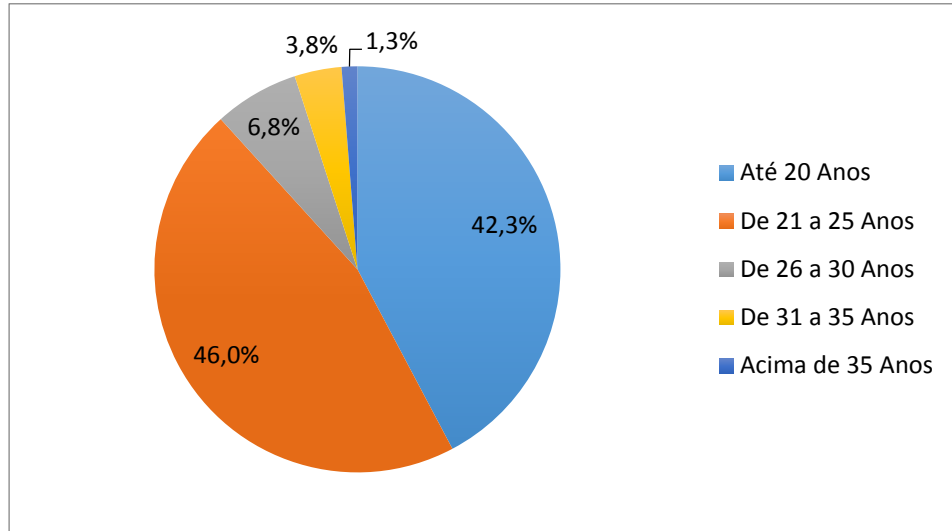
Fonte: Elaborado pelo autor

Nota-se a predominância de estudantes da Universidade Federal do Maranhão – UFMA entre os entrevistados (50%). Em seguida está a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, com 37,5% dos entrevistados. Finalmente, 12,5% dos entrevistados foram estudantes da Universidade CEUMA.

O Gráfico 05, a seguir, mostra como se deu a distribuição da faixa etária dos pesquisados. 42,3% dos entrevistados possuíam até 20 anos de idade e outros 46% possuíam idade de 21 até 25 anos, totalizado juntos 88,3% (somando-se as duas faixas) dos entrevistados. Essa predominância está ligada ao fato da universidade ser o objetivo de grande parte das pessoas que terminaram recentemente o segundo grau. Entre os entrevistados, ainda havia 6,8% de

estudantes com idade de 26 a 30 anos, 3,8% na faixa de 31 a 35 anos e 1,3% com idade superior a 35 anos.

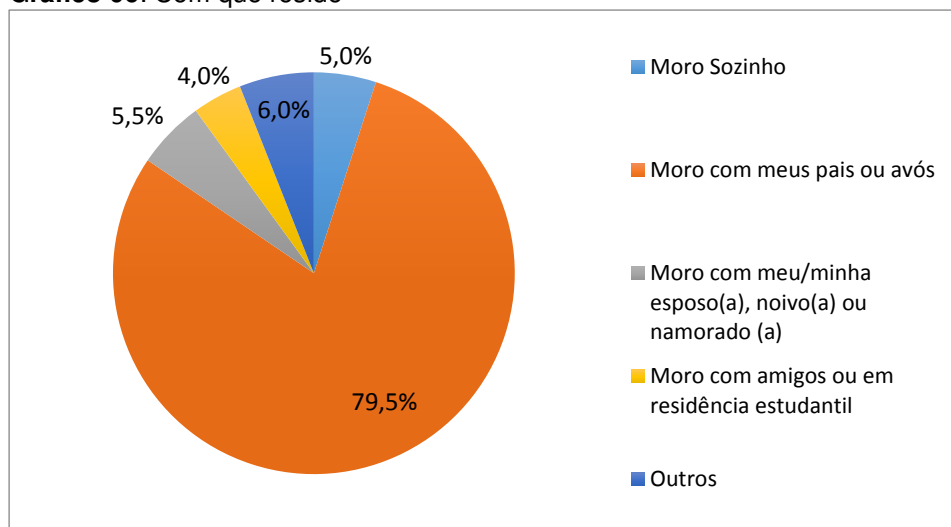
**Gráfico 05:** Faixa Etária



Fonte: Elaborado pelo autor

Outra pergunta da pesquisa questionava com quem estes estudantes residiam, as respostas estão expressas no Gráfico 06. Percebe-se que 79,5% dos estudantes revelaram que vivem com os pais ou avós, tal fato está relacionado com a faixa etária analisada acima, de forma que, pelo fato do público universitário ser jovem, é natural que a grande maioria ainda viva com os pais ou avós. Outros 5,5% dos entrevistados vivem com esposo (a), noivo (a) ou namorado (a), 5% vivem sozinhos e 4% afirmaram viver com amigos ou em residência estudantil. Por fim, 6% do público escolheu a opção “Outros”.

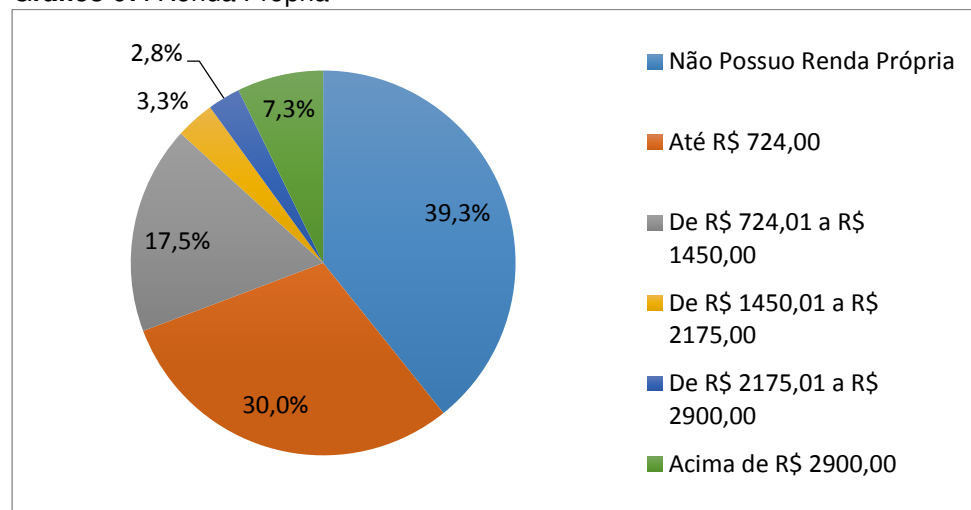
**Gráfico 06:** Com que reside



Fonte: Elaborado pelo autor

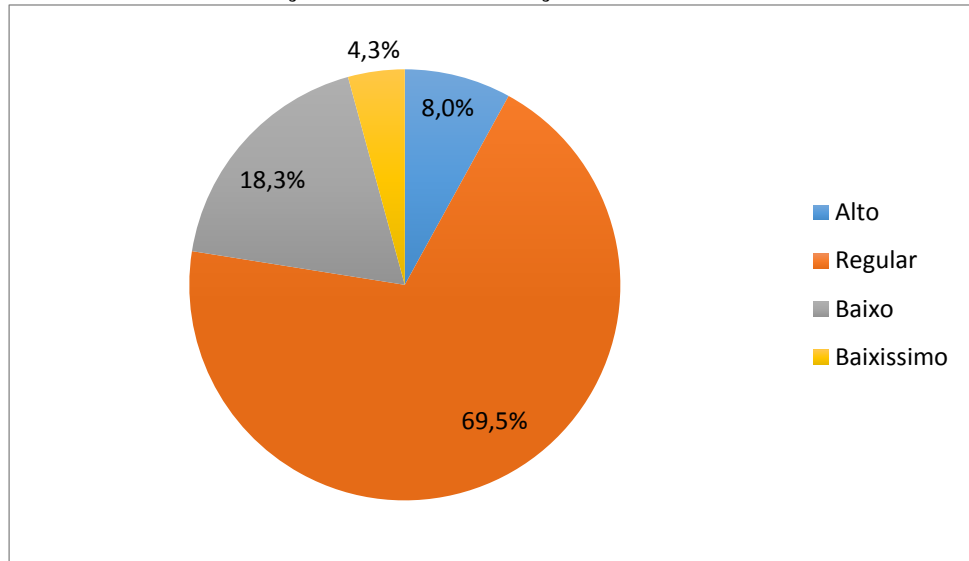
Ainda visando traçar o perfil dos universitários entrevistados, a pesquisa questionou quanto à renda tendo como repostas o resultado exposto no Gráfico 07. Percebe-se, após a análise do gráfico, que 39,3% dos estudantes afirmam não possuir renda própria, portanto, a maioria dos estudantes (60,7%) já possui algum rendimento. Dos entrevistados, 30% afirmaram possuir rendimentos até R\$ 724,00 (um Salário Mínimo vigente). Tal dado evidencia que este rendimento, provavelmente, está ligado aos primeiros empregos, bolsas de estágio ou afins. Outros 17,5% recebem entre R\$ 724,01 e R\$1450,00, 3,3% entre R\$ 1450,01 e R\$ 2175,00, 2,8% revelaram receber entre R\$ 2175,01 e R\$ 2900,00 e por fim 7,3% afirmaram receber rendimentos acima de R\$ 2900,00

**Gráfico 07: Renda Própria**



Fonte: Elaborado pelo autor

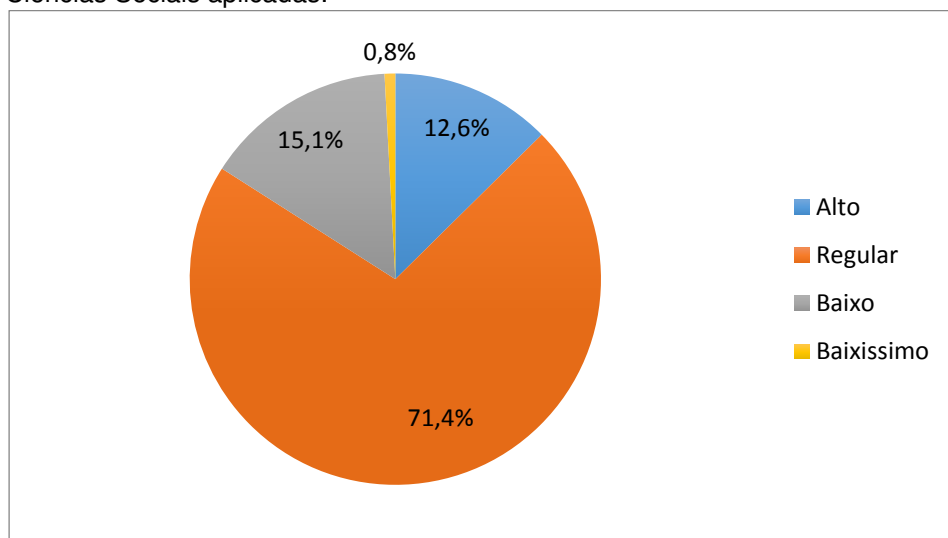
Definido o perfil do entrevistado, passa-se agora a analisar as respostas no que tange as finanças pessoais dos universitários de São Luís – MA. Nesse quesito, a primeira pergunta solicitava uma auto-avaliação dos universitários quanto ao seu nível de educação financeira. As respostas obtidas estão descritas no gráfico 08 a seguir:

**Gráfico 08:** Auto Avaliação – Nível de Educação Financeira

Fonte: Elaborado pelo autor

Entre os estudantes, 4,3% afirmaram possuir um nível “Baixíssimo” de Educação Financeira. Outros 18,3% avaliaram seu nível de educação financeira como “Baixo”. A maioria dos estudantes, 69,5%, avaliou como “Regular” sua educação financeira, e por fim, 8% dos estudantes afirmou ter o nível “Alto” de educação financeira.

Para fins de análise, foram isoladas também, apenas as respostas dos alunos das áreas de Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas. O resultado obtido está expresso no Gráfico 09:

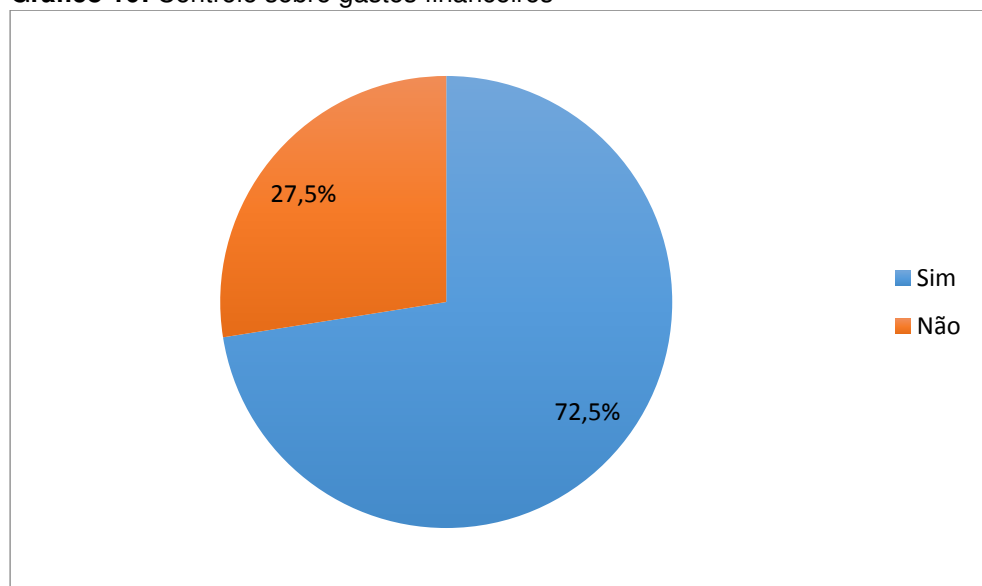
**Gráfico 09:** Auto Avaliação – Nível de Educação Financeira – Apenas Ciências Sociais e Ciências Sociais aplicadas.

Fonte: Elaborado pelo autor

A comparação entre os gráficos revela que, os estudantes da área de Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas afirmam ter uma maior educação financeira do que a média geral dos universitários. O número de estudantes que avaliaram seu conhecimento como “Baixíssimo” caiu para apenas 0,8% e os que avaliaram seu conhecimento como “Baixo” também caiu para 15,1%. Já o número de estudantes que avaliam seu conhecimento como “Regular” sobe para 71,4% dos entrevistados, assim como os que avaliam seu conhecimento como “Alto”, que subiu para 12,6%. Tal subida deve estar ligado com o fato de esse campo de estudo englobar cursos que estão diretamente relacionados com o conhecimento de finanças, como: Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.

Outra questão perguntava se os entrevistados costumavam manter controle sobre os seus gastos financeiros, tais respostas estão exemplificadas no gráfico abaixo.

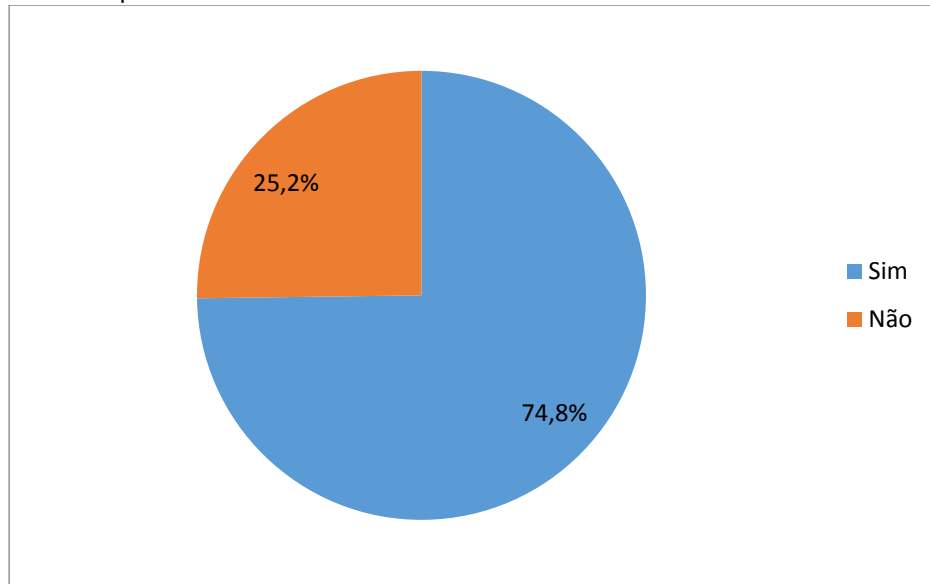
**Gráfico 10:** Controle sobre gastos financeiros



Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre os entrevistados 72,5% responderam que mantêm controles sobre os gastos financeiros e os 27,5% restantes admitiram não manter tal controle. Se comparado, novamente, com apenas as respostas dos estudantes de Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas (Gráfico 11), percebe-se que, nesse último, existe uma porcentagem maior do que a média geral de respondentes que afirmam manter controles sobre os seus gastos financeiros, subindo para 74,8%.

**Gráfico 11:** Controle sobre gastos financeiros – Apenas Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas.



Fonte: Elaborado pelo autor

Como já citado no cruzamento das pesquisas feitas pelo Serasa Experian e Serasa Consumidor (tópico 3.3), o Gráfico 11 também indica que o maior conhecimento tido pelos estudantes de Ciências Sociais e Ciências Sociais aplicadas, acerca de Educação Financeira, leva-os a controlar mais efetivamente os seus gastos.

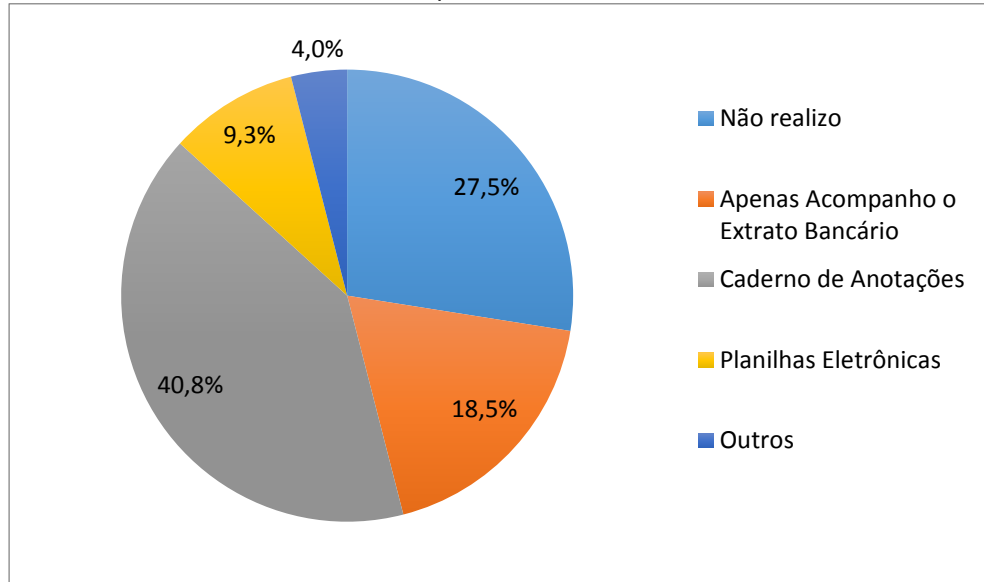
Foi perguntado também para os estudantes quais ferramentas eles utilizam para realizar o controle financeiro pessoal. As respostas obtidas estão apresentadas no Gráfico 12. Percebe-se que, a ferramenta de controle financeiro mais utilizada, é o chamado “caderno de anotações” que somou 40,8% dos entrevistados. Em seguida está o controle apenas pelo extrato bancário, sendo essa a resposta de 18,5% dos entrevistados. Com 9,3% está o controle feito por meio de planilhas eletrônicas. A alternativa “Outros” somou 4% do total, onde foram citados entre as respostas, principalmente, os aplicativos para celular.

Os “cadernos de anotações” são ferramentas que podem ser bem usadas, entretanto podem ser substituídos por outras mais efetivas como as planilhas eletrônicas. Entretanto, a ausência de controles financeiros (27,5%) e o controle apenas por extratos bancários (18,5%) somam um total de 46% juntos. Tais hábitos são insuficientes para a execução de um planejamento financeiro pessoal. Cherobim e Espejo (2011) citam a importância de possuir uma ferramenta que



balanceie receitas e despesas e registre investimentos, que não é feito por esses 46% dos entrevistados.

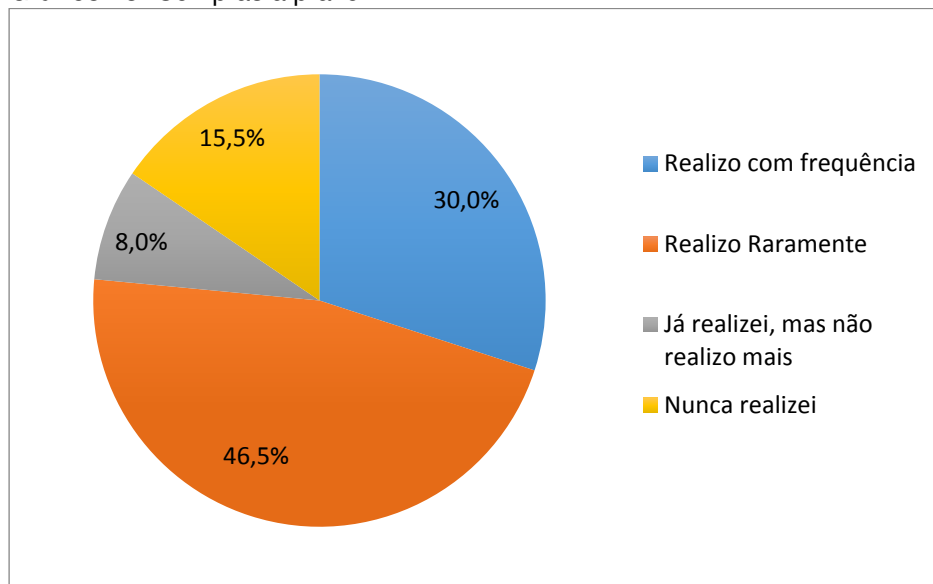
**Gráfico 12:** Ferramentas Utilizadas para o Controle Financeiro.



Fonte: Elaborado pelo autor

No que diz respeito à análise acerca dos hábitos de endividamento dos entrevistados, foi perguntado para os mesmos sobre a realização de compras a prazo em geral. O Gráfico 13 ilustra as repostas:

**Gráfico 13:** Compras a prazo.



Fonte: Elaborado pelo autor

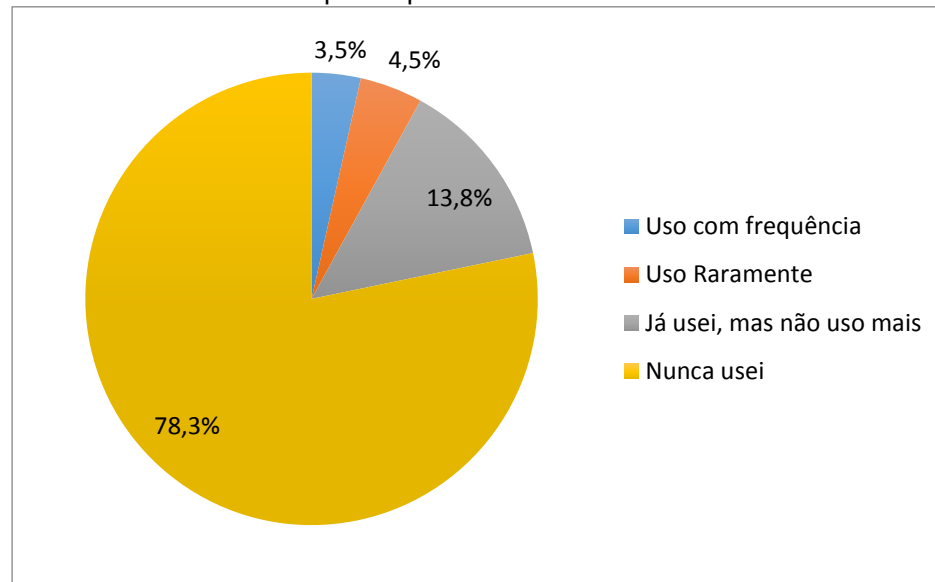
Fica claro, através da análise do gráfico, que a maioria dos estudantes já utiliza ferramentas de endividamento, de forma que, 76,5% dos estudantes realiza

esse tipo de compra com frequência ou raramente e apenas 15,5% dos universitários afirmam nunca terem realizado compras a prazo.

Se for feito o cruzamento de dados com o Gráfico 07, nota-se que, mesmo alguns entrevistados que não possuem renda própria, já realizaram compras a prazo. Isso ocorre, pois os bancos oferecem ferramentas de endividamento, como os cartões de crédito, para os estudantes universitários, mesmo estes não possuindo nenhuma renda própria.

Os estudantes também responderam quanto aos seus hábitos no uso do Cheque Especial, como resultado obtiveram-se as respostas presentes no Gráfico 14.

**Gráfico 14: Uso de Cheque-Especial**



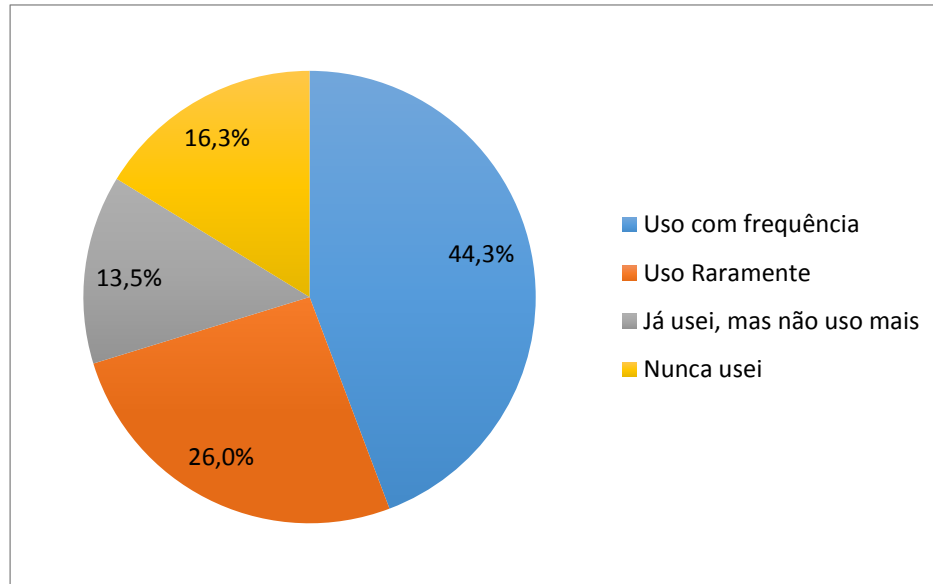
Fonte: Elaborado pelo autor

A maioria dos estudantes (78,3%) afirmou nunca ter utilizado o cheque-especial, seguida por 13,8% dos estudantes que afirma já ter utilizado, entretanto, não utiliza mais. Apenas 8% dos entrevistados confirma o uso do Cheque especial, sendo que estão divididos entre os que usam raramente (4,5%) e os que utilizam com frequência (3,5%).

O cheque especial, segundo a Associação Nacional dos Executivos em Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC (2014), possui a segunda maior taxa de juros presente no mercado brasileiro. Dessa forma, o não uso dessa ferramenta por parte dos estudantes se mostra como uma escolha acertada, devido às sérias consequências que o mau uso pode acarretar.

Outra pergunta feita, diz respeito à utilização do Cartão de Crédito como ferramenta de endividamento para os estudantes entrevistados. As respostas estão apontadas abaixo:

**Gráfico 15:** Uso do Cartão de Crédito



Fonte: Elaborado pelo autor

Novamente, percebe-se que o uso dessa ferramenta é realizado pela maioria dos estudantes, sendo que 44,3% dos entrevistados afirmam utilizar o cartão de crédito com frequência e 26% afirmam utilizar raramente. Outros 13,5% dizem já ter usado a ferramenta, mas não usam mais e, ainda, houve um grupo de 16,3% que diz nunca ter utilizado o cartão de crédito.

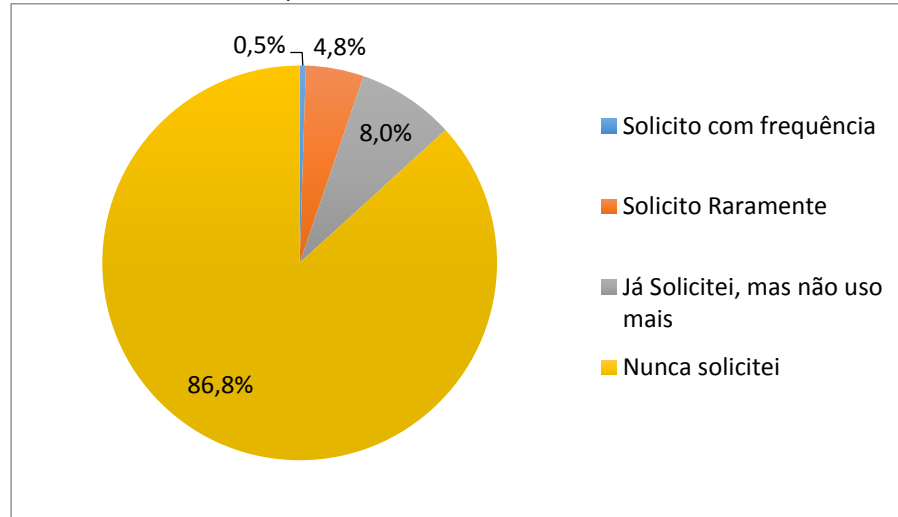
A pesquisa de juros realizada pela Associação Nacional dos Executivos em Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC (2014) aponta que o cartão de crédito possui as maiores taxas de juros do mercado sendo uma péssima escolha de alternativa para endividamentos. Entretanto segundo Cerbasi (2013a), se usado com responsabilidade pode apresentar vantagens, mas se por algum motivo o cliente tiver problemas em pagar o total da fatura (pagamento parcial) terá problemas sérios.

Os entrevistados também foram perguntados sobre o uso de empréstimos bancários pessoais como ferramenta de endividamento. Os resultados obtidos estão presentes no Gráfico 16.

O gráfico mostra que 86,8% dos estudantes nunca solicitaram empréstimos bancários, outros 8% afirmam já ter solicitado, entretanto não o faz mais.

Ainda existem 4,8% que solicitam empréstimos raramente e outros 0,5% que solicitam empréstimos bancários com frequência.

**Gráfico 16:** Uso de Empréstimos Bancários Pessoais



Fonte: Elaborado pelo autor

O uso de empréstimos bancários, muitas vezes é mal visto pelos consumidores, entretanto devido a menor taxa de juros, essa alternativa, em vários casos, é bem mais vantajosa que os cartões de crédito, por exemplo. Cerbasi (2013a) comenta que apesar das vantagens do empréstimo pessoal, consumidores optam pela maior taxa de juros, para evitar o “constrangimento” de pedir formalmente o empréstimo, ou seja, preferem pagar mais a “ter que pedir o dinheiro”.

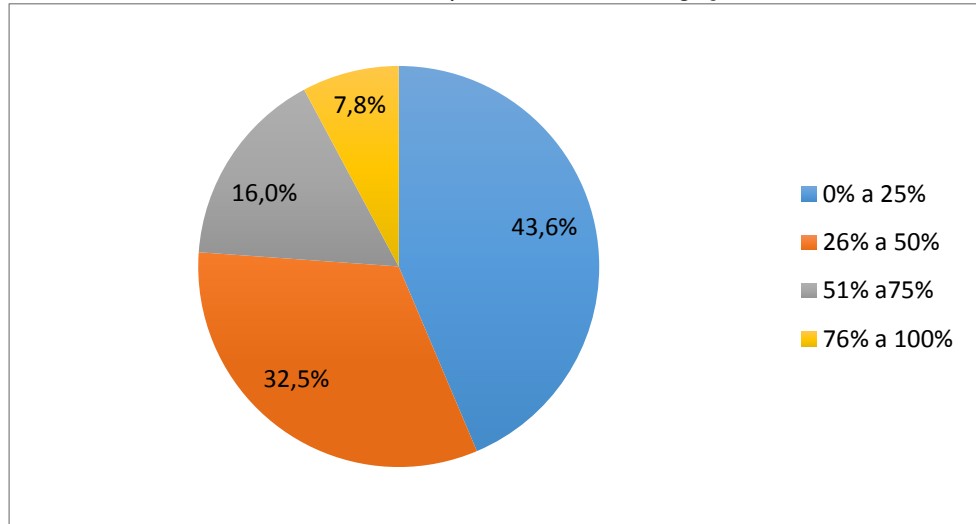
Nota-se, portanto, a mesma relação citada por Cerbasi com os estudantes universitários de São Luís, onde a maioria rejeita a solicitação de empréstimos bancários (86,8%) e opta pelo uso do cartão de crédito como forma de endividamento.

Ainda analisando os hábitos de endividamento dos entrevistados, foi feita a pergunta sobre a porcentagem de sua renda que estava comprometida com obrigações mensais. O gráfico 17 apresenta as repostas coletadas.

As obrigações mensais são resultantes de alguma forma de endividamento (Cartão de crédito, Crediários, Empréstimos etc.). Dessa forma foram isoladas apenas as respostas dos universitários que afirmaram possuir alguma renda própria. O gráfico indica que 43,6% dos entrevistados alegam possuir a renda comprometida entre 0 e 25%, outros 32,5% afirmam que as obrigações mensais ocupam uma faixa entre 26 e 50% de sua renda. 16% dos entrevistados afirmam que o percentual de sua renda comprometida está entre 51 e 75%, e ainda 7,8% dos

universitários admitem que sua renda é comprometida com tais obrigações na faixa entre 76 e 100%.

**Gráfico 17:** Percentual da renda comprometida com obrigações.

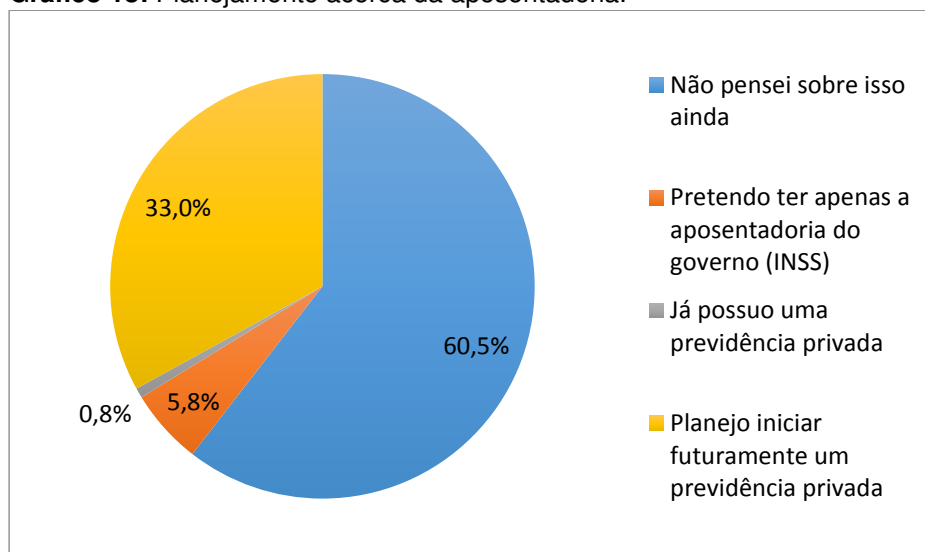


Fonte: Elaborado pelo autor

Nota-se que 23,8% dos entrevistados possuem 50% ou mais da renda comprometida com obrigações. Tal patamar de endividamento é preocupante. O Banco Central do Brasil (2013) comenta que o endividamento excessivo pode gerar grandes consequências financeiras como: pagamento exacerbado de juros e multas (no caso de inadimplência), perda de patrimônio e redução do poder de compra.

Os Universitários foram perguntados ainda acerca do planejamento para a aposentadoria. O Gráfico 18 ilustra as respostas.

**Gráfico 18:** Planejamento acerca da aposentadoria.



Fonte: Elaborado pelo autor

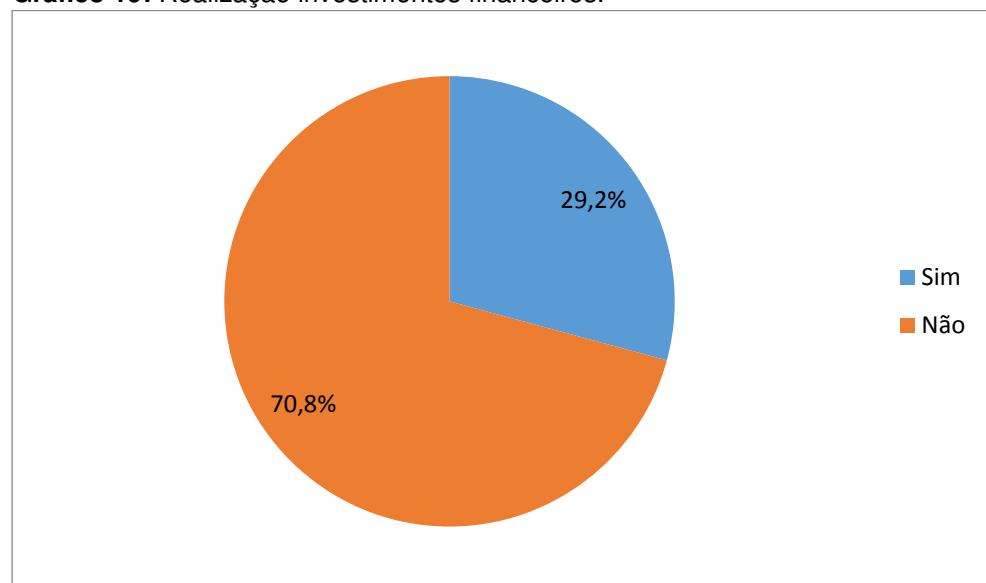
De acordo com o gráfico, 60,5% dos entrevistados afirmam “não ter pensado sobre isso ainda”. Outros 5,8% dos entrevistados alegam que planejam possuir apenas a aposentadoria do governo (INSS). Houve ainda a parcela de 33% dos universitários afirmando que planeja iniciar um plano de aposentadoria privada e outros 0,8% alegando já contribuir com um plano de previdência privada.

Segundo Halfed (2010) é importante pensar cedo na aposentadoria, pois quanto mais cedo for pensado, mais fácil será para alcançar maiores ganhos e tranquilidade. Seguindo tal raciocínio a pesquisa apresentou resultados preocupantes, com a maioria dos entrevistados alegando “não ter pensado ainda no assunto”.

Já para os 5,8% que afirmaram que planejam possuir apenas a aposentadoria pública, Halfed (2010) ainda afirma, que a confiabilidade da previdência pública, já não é grande e que, portanto, a previdência privada deve ser uma tendência.

Os investimentos financeiros foram outro tópico tratado no questionário. Os Universitários foram interrogados quanto à realização de investimentos financeiros. Novamente, o gráfico representa apenas as respostas daqueles que possuem renda própria. Como resultado, obtiveram-se as respostas do Gráfico 19 a seguir:

**Gráfico 19:** Realização investimentos financeiros.

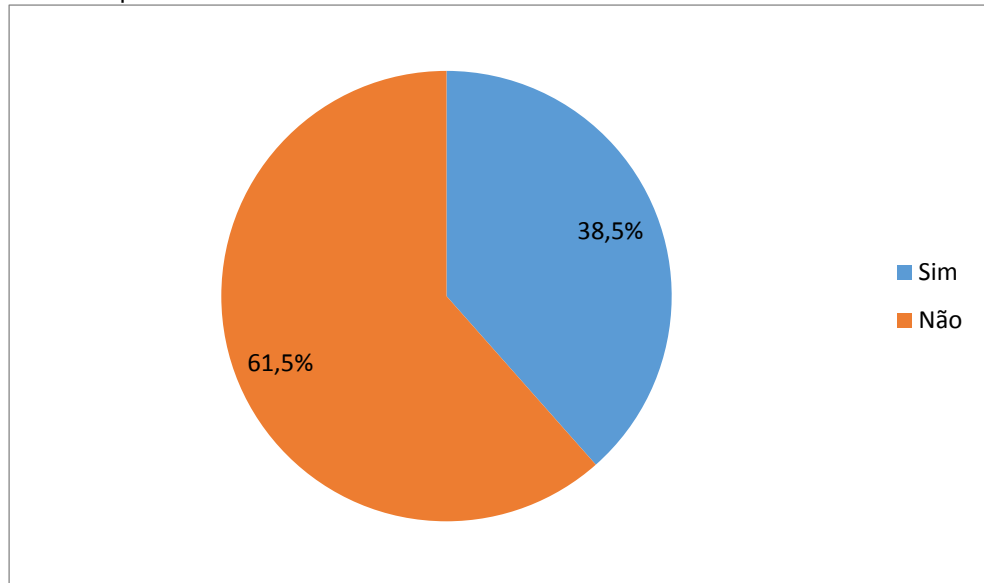


Fonte: Elaborado pelo autor

A maioria dos entrevistados, representada por 70,8% dos entrevistados, afirmou não realizar investimentos financeiros contra 29,2% que realizam tais

investimentos. Nessa pergunta, foi isolada também a resposta apenas dos estudantes das áreas de Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, representadas no Gráfico 20:

**Gráfico 20:** Realização investimentos financeiros. – Apenas Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas.



Fonte: Elaborado pelo autor

Percebe-se que a quantidade de pessoas que afirmaram realizar algum investimento financeiro subiu de 29,2% para 38,5%. Tal resultado deve estar relacionado, novamente, ao fato deste campo incluir cursos diretamente ligados com finanças, o que reflete em um maior nível de educação financeira e conhecimentos sobre investimentos.

Por último foi perguntado para os entrevistados o nível de conhecimento deles, acerca alguns investimentos listados no questionário. Os níveis de conhecimentos eram: “Não conheço”; “Conheço, mas não sei como funciona”, “Conheço e Sei como funciona” e “Conheço e Já investi”. Como resultado obteve-se a Tabela 02.

A tabela mostra o grande desconhecimento dos universitários de São Luís – MA acerca de diversas modalidades de investimento. Como exemplo disso, tem-se que, mais da metade dos entrevistados marcaram a opção “Não conheço” para os seguintes investimentos: Títulos Públicos, Letras Hipotecárias, Letra de Crédito Imobiliário – LCI, Letra de Crédito do Agronegócio – LCA, Certificados de Depósitos Bancários – CDB’s e Debêntures.

**Tabela 02:** Conhecimento sobre opções de investimentos.

	Não conheço	Conheço, mas não sei como funciona.	Conheço e sei como funciona	Conheço e já investi
<b>Caderneta de Poupança</b>	15,5%	29,5%	34,3%	20,8%
<b>Títulos Públicos (Tesouro Direto)</b>	63,3%	26,0%	10,3%	0,5%
<b>Fundos de Investimento</b>	34,3%	45,3%	18,5%	1,8%
<b>Letras Hipotecárias</b>	69,3%	22,5%	8,0%	0,3%
<b>Letra de Crédito Imobiliário - LCI</b>	69,5%	22,8%	7,8%	0,0%
<b>Letra de Crédito do Agronegócio – LCA</b>	76,0%	19,3%	4,8%	0,0%
<b>Certificado de Depósito Bancário – CDB</b>	57,3%	27,3%	14,8%	0,8%
<b>Debêntures</b>	76,8%	14,3%	9,0%	0,0%
<b>Previdência Privada</b>	24,0%	40,0%	34,8%	1,3%
<b>Mercado Acionário</b>	43,0%	31,3%	25,5%	0,3%

Fonte: Elaborada pelo autor

Fica claro, também, que o investimento mais conhecido e mais utilizado é a caderneta poupança. Tal investimento é de baixo rendimento. Segundo Cerbasi (2013b), deve sua popularidade à sua simplicidade e facilidade de aplicação. É um investimento de baixa sofisticação e, na grande maioria dos casos, não é a melhor opção a ser feita.

Por outro lado, os investimentos menos conhecidos segundo a pesquisa foram as Debêntures e as Letras de Crédito do Agronegócio - LCA. A opção “Não conheço” foi marcada por 76,8% e 76% dos entrevistados, respectivamente, nessas opções de investimento. Além disso, nenhum dos 400 entrevistados afirmou já ter investido nessas modalidades de investimento.

O desconhecimento dos investimentos tende a crescer com a complexidade do mesmo. Entretanto, o resultado é preocupante, pois, até investimentos de baixa complexidade como os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, apresentaram altas taxas de desconhecimento (57,3%).

Cerbasi (2013b) destaca a importância de buscar conhecimentos sobre investimentos como forma de aumentar seus ganhos. Ou seja, através de uma maior educação financeira é possível auferir uma melhor gestão financeira pessoal.



## 6 CONCLUSÃO

Tomar os controles e executar uma gestão financeira pessoal de qualidade é um grande desafio. O presente trabalho abordou, justamente, àqueles que passam, ou estão prestes a passar, por esse processo. Dessa forma, buscou-se evidenciar como tal público lida com suas finanças pessoais e que ferramentas ele faz uso.

A metodologia utilizada na aplicação das pesquisas se mostrou satisfatória, sendo fundamental para o alcance dos objetivos propostos. A pesquisa feita conseguiu descrever o público estudado, no que tange a gestão de suas finanças pessoais.

O trabalho atingiu seus objetivos conhecendo e descrevendo hábitos de endividamento e controles financeiros, além de identificar o grau de conhecimento dos estudantes universitários sobre investimentos. Ademais, foram trazidos conceitos e fundamentos sobre finanças pessoais, buscados através de pesquisas bibliográficas.

O estudo mostrou que os vários estudantes, mesmo no começo de sua vida financeira, já cometem erros. O fato deste público ainda estar dando seus primeiros passos no mercado consumidor, somado à forte atração do consumismo inerente a nossa sociedade, são causas de tais erros. Entretanto, o problema é que a falta de preocupação com planejamentos de longo prazo poderá acarretar em mazelas futuras, como por exemplo, a diminuição do poder de consumo durante a aposentadoria.

Com o estudo observou-se uma carência de educação financeira nos universitários de São Luís - MA. Vários especialistas e instituições apontam para que, ainda nas escolas, já deva haver o ensino à crianças e jovens sobre princípios e fundamentos de educação financeira. A pouca preocupação de preparar estes cidadãos para lidar com finanças ajuda a formar consumidores despreparados para o mercado.

A carência de educação financeira no público pesquisado se fez notável quando foi avaliado o nível de conhecimentos sobre os investimentos financeiros, havendo um alto grau de desconhecimento acerca destes. Isso reflete, novamente, a baixa preocupação com planos de longo prazo, visto que o ato de investir não foi percebido na maioria dos entrevistados.

O trabalho realizado trouxe para discussão temas de grande relevância para a sociedade como Finanças Pessoais e Educação Financeira. Existe hoje, uma grande necessidade do aumento no número de pesquisas sobre estes temas, de forma, que a literatura encontrada hoje ainda é rarefeita. Portanto, o presente trabalho se coloca como ponto de partida ou referência para uma variedade de outros trabalhos acerca de temas afins. Dessa forma, através do aumento de pesquisas nesse campo, irá se perceber com mais clareza a necessidade desses conhecimentos, contribuindo para a sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

- ANEFAC. **Pesquisa de Juros – Setembro de 2014**. Disponível em: <<http://www.anefac.com.br/uploads/arquivos/2014109152549760.pdf>> Acesso em: 28 Out. 2014
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira, Gestão de Finanças Pessoais**. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf)> Acesso em: 22 Out. 2014.
- BM&F BOVESPA. **Conceitos Fundamentais**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Pdf/ConceitosFundamentais.pdf>> Acesso em 26 Out. 2014
- CERBASI, Gustavo. **Investimentos Inteligentes**. Rio de Janeiro: 1. Ed. Editora Sextante, 2013b.
- \_\_\_\_\_. **Casais Inteligentes Enriquecem Juntos**. São Paulo: Editora Gente, 2013a.
- CHEROBIM, A.P.M.S.; ESPEJO, M.M.S.B. (org.). **Finanças Pessoais, Conhecer para Enriquecer**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da Administração**. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CNC. **Pesquisa CNC de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – Outubro de 2014**. Disponível em: <[http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release\\_peic\\_outubro\\_2014.pdf](http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_outubro_2014.pdf)> Acesso em: 28 Out. 2014.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Fundos de Investimento – Livro**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/protiniv/Caderno3-05.pdf>> Acesso em: 26 Out. 2014.
- ENEF. **Conceito de Educação Financeira no Brasil**. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-23-no-brasil.html>> Acesso em: 20. Out. 2014.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010
- GROPPELLI, A. A, NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2010

HALFED, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. 3 ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2010.

IBCPF. **Perfil de Competências do Planejador Financeiro**. Disponível em: <[http://www.ibcpf.org.br/Downloads/pdf/Perfil\\_Competencias.pdf](http://www.ibcpf.org.br/Downloads/pdf/Perfil_Competencias.pdf)> Acesso em: 20 Out. 2014.

INFOMONEY. **Inadimplência cresce 3,84% em setembro**. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/credito/noticia/3619891/inadimplencia-cresce-setembro>> Acesso em: 22. Out. 2014a.

\_\_\_\_\_. **Brasileiros não sabem a diferença de poupar e investir, afirma especialista**. Disponível em: < <http://www.infomoney.com.br/onde-investir/renda-fixa/noticia/3352713/brasileiros-nao-sabem-diferenca-entre-poupar-investir-afirma-especialista> > Acesso em: 25. Out. 2014b.

KIYOSAKI, Robert; LECHTER, Sharon. **Pai Rico, Pai Pobre**. Trad, Maria Jose Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LEMES JÚNIOR, A. B, RIGO, C. B, CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à Administração Financeira**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

RICAM CONSULTORIA. **Resultados da pesquisa exclusiva Ricam Consultoria – Ilumeo sobre hábitos financeiros do Brasileiro**. Disponível em: <[http://ricamconsultoria.com.br/news/entrevistas/pesquisa\\_ricam\\_consultoria\\_habitos\\_financeiros\\_brasileiros](http://ricamconsultoria.com.br/news/entrevistas/pesquisa_ricam_consultoria_habitos_financeiros_brasileiros)> Acesso em: 30 de Out. 2014.

ROSS,S. A; WESTERFIELD, R; JORDAN, B. **Princípios de Administração Financeira**. 2 ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

SERASA CONSUMIDOR. **Indicador de Educação financeira 2014**. Disponível em: <<http://serasaconsumidor.com.br/indef/>> Acesso em: 30 de Out. 2014.

SERASA EXPERIAN. **Jovem é o perfil que menos controla sua vida financeira**. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/jovem-e-o-perfil-que-menos-controla-a-vida-financeira>> Acesso em: 30 de Out. 2014

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SPC. **Brasil tem 52 milhões de consumidores inadimplentes, estima SPC Brasil**. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/indices/45-brasiltem52milhoesdeconsumidoresinadimplentesestimaspccbrasil>> Acesso em 18 de Out. 2014.

TESOURO NACIONAL. **Conheça o Tesouro Direto**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/conheca-o-tesouro-direto>> . Acesso em: 25 Out. 2014a.

\_\_\_\_\_. **O que são títulos públicos?**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/o-que-sao-titulos-publicos->> . Acesso em: 25 Out. 2014b.

TORRALVO, Caio Fragata; SOUSA, Almir Ferreira de; ROCHA, Ricardo Humberto. **Planejamento Financeiro Pessoal e Gestão do Patrimônio, Fundamentos e Prática**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projeto e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 13. Ed. São Paulo Atlas, 2011.

ZAREMBA, VICTOR. **Ganhar, Cuidar & Investir: Como chegar ao equilíbrio e bem-estar financeiro**. 1 ed. São Paulo. Saraiva, 2007.

APÊNDICE – Questionário aplicado com os Universitários de São Luís - MA.  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
 CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
 CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

## QUESTIONÁRIO – FINANÇAS PESSOAIS

---

Esta é uma pesquisa que compõe o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração na Universidade Federal do Maranhão – UFMA do Aluno Caio Guimarães de Freitas. A pesquisa tem como objetivo, medir os conhecimentos acerca de Finanças pessoais dos Universitários de São Luís - MA.

### 1- Como você avalia seu nível de conhecimento em Educação Financeira?

- Alto
- Regular
- Baixo
- Baixíssimo

### 2 - Você costuma manter controles sobre seus gastos financeiros?

- Sim    Não

### 3- Quais gastos você controla/anota?

- Não Controlo meus Gastos.
- Anoto apenas as maiores compras
- Controlo cada centavo em minha conta corrente, entretanto não acompanho outros gastos e contas como: Cartão de Crédito, Poupança, etc.
- Controlo todos os meus gastos e contas(Conta Corrente, Cartões de crédito, Poupança, Juros Bancários) e sei de cada centavo que entra e sai.

### 4- Qual ferramenta você utiliza para realizar o controle financeiro pessoal?

- Não Realizo
- Apenas acompanho o extrato Bancário
- Caderno de Anotações
- Planilhas eletrônicas
- Outra: Qual? \_\_\_\_\_

### 5- Você costuma realizar compras a prazo?

- Realizo com frequência
- Realizo raramente
- Já realizei mas, não uso mais
- Nunca utilizei.

### 6- Você usa/já usou o Cheque especial (Limite/Crédito extra dado pelo banco em sua conta corrente)?

- Uso com frequência
- Uso raramente
- Já usei mas não uso mais
- Nunca utilizei.

### 7- Você usa/já usou o Cartão de crédito?

- ( ) Uso com frequência
- ( ) Uso raramente
- ( ) Já usei, mas não uso mais
- ( ) Nunca usei.

**8- Você já solicitou empréstimos bancários?**

- ( ) Solicito com frequência
- ( ) Solicito raramente
- ( ) Já solicitei mas não uso mais
- ( ) Nunca.

**9- Qual o percentual da sua renda está comprometida com obrigações mensais (parcelas de cartão de crédito, empréstimos etc.)?**

- ( ) 0 a 25%
- ( ) 26% a 50%
- ( ) 51% a 75%
- ( ) 75% a 100%

**10- No que diz respeito à aposentadoria, como você a planeja?**

- ( ) Não pensei sobre isso ainda.
- ( ) Pretendo ter a aposentadoria do governo (INSS).
- ( ) Já possuo uma previdência privada.
- ( ) Planejo iniciar futuramente uma previdência privada.

**11 – Você realiza Investimentos Financeiros?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**12- Sobre os tipos de investimentos abaixo, assinale a opção que representa o seu conhecimento sobre eles.**

TIPO DE INVESTIMENTO	Não Conheço	Conheço, mas não sei como funciona.	Conheço e sei como funciona	Conheço e já investi
Poupança				
Tesouro Direto (Títulos Públicos)				
Fundos de Investimento				
Letras Hipotecárias				
Letra de Crédito Imobiliário - LCI				
Letra de Crédito Agrário - LCA				
Certificado de Depósito Bancário - CDB's				
Debentures				
Previdência Privada/Complementar				
Mercado Acionário				

**13 – Qual seu sexo?**

- Masculino
- Feminino

**14- Qual a área de conhecimento referente ao seu curso?**

- Ciências Exatas e Engenharia
- Ciências Biológicas e área da Saúde
- Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas
- Ciências Humanas
- Linguística, Letras e Artes.

**15 - Instituição de Ensino:** \_\_\_\_\_**16 – Qual a sua renda mensal?**

- Não Possuo renda Própria
- Até R\$ 724,00
- De R\$ 724,01 a R\$ 1450
- De R\$ 1450,01 a R\$ 2175
- De R\$ 2175,01 a R\$ 2900
- Acima de R\$ 2900

**17 – Com quem você reside?**

- Moro Sozinho
- Moro com meus Pais ou Avós
- Moro com meu/minha Esposo(a), Noivo (a) ou Namorado (a).
- Moro com amigos ou em residência estudantil.
- Outro: Qual? \_\_\_\_\_

**18 – Qual sua idade?**

- Até 20 anos
- De 21 a 25 anos
- De 26 a 30 anos
- De 31 a 35 anos
- Acima de 35 anos.